



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SF/26603.53781-35

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI (CDHYANOM)

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA EXTERNA A BOA VISTA, RORAIMA

(28 E 29 DE MAIO DE 2026)

Brasília/DF

Junho de 2026

Sumário

1. Introdução	5
2. Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI-YY) e Casa de Saúde Indígena Yanomami (CASAI-Y).....	7
2.1. Logística e Desafios Territoriais.....	7
2.2. Impactos do garimpo na saúde dos povos indígenas Yanomami	7
2.3. Fluxo migratório da Venezuela	8
2.4. Capacidade operacional e recursos humanos	9
2.5. Situação da Casa de Apoio à Saúde Indígena Yanomami.....	10
2.6. Índices de saúde.....	10
2.7. Construção de Unidades Básicas de Saúde	12
2.8. Aquisição de medicamentos	13
3. Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Roraima – 7º Ofício).....	14
3.1. Limitações da persecução penal no contexto do garimpo	14
3.2. Mecanismos de investigação penal.....	16
3.3. Mudança no perfil epidemiológico e de remoções.....	17
3.4. Desafios para a realização de ações de saúde nas comunidades	19
3.5. Cooperação internacional e desafios transfronteiriços	20
4. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima - SIEMESP	21
4.1. Judicialização e condições de trabalho das equipes de saúde	21
4.2. Segurança das equipes de saúde e impactos dos conflitos locais	23
4.3. Utilização da Infraestrutura de saúde em Surucucu	24
4.4. Limitações institucionais e articulação entre órgãos públicos.....	26
4.5. Integração entre assistência à saúde e controle de endemias.....	27
5. Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (PF/RR)	

5.1.	Operação de desintrusão da Terra Indígena Yanomami.....	29
5.2.	Inviabilidade de Audiência de Custódia Tempestiva	31
5.3.	Inteligência Forense aplicada ao rastreamento de minérios	32
5.4.	Logística da atividade criminosa e riscos operacionais.....	33
5.5.	Conflitos intercomunitários e circulação de armas de fogo	35
6.	Lideranças e representantes indígenas Yanomami e Ye'kuana	37
6.1.	Crise educacional e desafios para a continuidade do ensino em comunidades remotas	37
6.2.	Segurança alimentar e vulnerabilidade nutricional	39
6.3.	Impactos do fluxo transfronteiriço de indígenas provenientes da Venezuela.....	40
6.4.	Desafios no acesso a benefícios sociais e permanência em centros urbanos	42
6.5.	Segurança territorial e consolidação da desintrusão.....	43
6.6.	Percepção das comunidades sobre a presença institucional da FUNAI 45	
7.	Casa de Governo no Estado de Roraima (Casa de Governo/RR) ...	46
7.1.	Governança e coordenação interinstitucional.....	46
7.2.	Resultados da desintrusão e desafios para sua sustentabilidade.....	48
7.3.	Inteligência e tecnologia aplicadas ao monitoramento territorial.....	50
8.	Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU- UFRR)	52
8.1.	Estrutura Física e Adequação Intercultural	52
8.2.	Modelo assistencial e articulação com a rede de saúde.....	54
8.3.	Área externa de recuperação e práticas tradicionais de cuidado	56
8.4.	Limitação de Acompanhantes e articulação com a CASAI	57
8.5.	Plano de expansão da capacidade assistencial.....	59
8.6.	Desafios logísticos e acesso aos serviços especializados	60
9.	Governo do Estado de Roraima	62

9.1.	Assistência Social e a Nova Casa de Passagem	62
9.2.	Intercorrências relacionadas ao pagamento de benefícios sociais.....	63
9.3.	Educação Escolar Indígena e Contratação Diferenciada	64
9.4.	Apoio à Produção e Parceria com a Embrapa	65
9.5.	Saúde e Infraestrutura Hospitalar	66
10.	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).....	67
10.1.	Proteção Territorial e Rede de Vigilância	67
10.2.	Educação e a Proposta de Soberania Alimentar.....	69
10.3.	Proteção Social.....	70
10.4.	Saúde Intercultural e Protocolos para Mulheres	72
10.5.	Segurança, Conflitos e Capacitação Intercultural	74
10.6.	Restrições a organizações religiosas (MEVA e Asas de Socorro).75	
11.	Encaminhamentos.....	77

1. Introdução

O presente relatório tem por objetivo registrar e sistematizar as atividades realizadas durante a diligência externa ocorrida na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima. A referida ação fundamenta-se na recente criação da Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami (CDHYANOM), instituída no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cuja missão precípua é monitorar, fiscalizar e propor medidas articuladas para a garantia dos direitos fundamentais e a salvaguarda da integridade do povo Yanomami.

Diante da complexidade da crise humanitária, sanitária e de segurança que afeta o território Yanomami, a coordenação dos trabalhos iniciais desta Subcomissão identificou a necessidade de estabelecer canais diretos de diálogo com os órgãos e entidades que atuam na linha de frente da proteção indígena. A imersão local justifica-se pela urgência em colher diagnósticos fidedignos, compreender os gargalos operacionais e avaliar a efetividade das políticas públicas em curso.

Nesse contexto, foi estruturada uma agenda de trabalho em Boa Vista, polo estratégico para a governança e execução das ações de assistência à Terra Indígena Yanomami. A programação compreendeu reuniões técnicas e audiências com as principais instituições envolvidas na temática, incluindo representações do Governo Federal, órgãos de fiscalização e controle, forças de segurança, autoridades de saúde indígena, bem como lideranças e organizações da sociedade civil organizada.

Os subsídios e depoimentos colhidos ao longo desta missão externa fornecem o lastro factual e técnico necessário para balizar o plano de

trabalho da CDHYANOM. As informações consolidadas nas seções seguintes deste documento servirão de diretriz para as próximas etapas de atuação legislativa, fiscalizatória e de articulação orçamentária desta Subcomissão.

O cronograma da diligência externa contou com reuniões técnicas com as seguintes instituições e representantes:

- Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI-YY) e Casa de Saúde Indígena Yanomami (CASAI-Y);
- Ministério Público Federal (MPF), por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR/RR) – 7º Ofício;
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima (SIEMESP-RR);
- Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (PF/RR);
- Lideranças e representantes indígenas Yanomami e Ye'kuana;
- Casa de Governo no Estado de Roraima (Casa de Governo/RR);
- Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR);
- Governo do Estado de Roraima; e
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

2. Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI-YY) e Casa de Saúde Indígena Yanomami (CASAI-Y)

2.1. Logística e Desafios Territoriais

A logística constitui um dos maiores desafios estruturais para a oferta de serviços de saúde na Terra Indígena Yanomami, uma vez que aproximadamente 98% dos atendimentos dependem de transporte aéreo. O DSEI-YY enfrenta duas sazonalidades críticas: o período chuvoso, quando as condições climáticas podem impedir pousos em pistas de terra, e o período de estiagem mais intensa, quando a redução dos níveis dos rios dificulta a navegação. Foi relatado que o volume de carga transportada — incluindo alimentos e insumos destinados às equipes de saúde — aumentou significativamente com a ampliação do quadro de profissionais, gerando a necessidade de constante aperfeiçoamento do planejamento e da eficiência logística das operações aéreas.

2.2. Impactos do garimpo na saúde dos povos indígenas Yanomami

Durante as reuniões técnicas, foram relatados os efeitos decorrentes da atividade garimpeira sobre as condições de saúde e de vida das comunidades Yanomami. Segundo as informações apresentadas, áreas degradadas pela exploração mineral irregular, especialmente cavas e escavações que acumulam água parada, passaram a favorecer a proliferação de vetores da malária, contribuindo para o aumento dos desafios sanitários enfrentados no território.

Também foram mencionados impactos sociais associados à presença de garimpeiros na região, incluindo o aliciamento de jovens indígenas, bem como a introdução de armas de fogo, bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes em algumas comunidades. De acordo com os relatos recebidos, tais fatores produziram efeitos sobre a dinâmica social e a segurança das populações indígenas.

Foi informado, ainda, que a degradação de áreas tradicionalmente utilizadas para agricultura, caça e pesca levou ao deslocamento de grupos familiares e à reorganização de diversas comunidades. Como consequência, houve necessidade de adequação da rede de atenção à saúde, com a realocação de estruturas de apoio e a ampliação de estratégias de atendimento itinerante para alcançar localidades mais dispersas.

Embora tenha sido registrada redução significativa da atividade garimpeira em comparação aos períodos mais críticos observados nos últimos anos, os representantes ouvidos ressaltaram que a permanência de focos de exploração ilegal no território continua produzindo impactos sobre as condições de vida e de saúde dos povos indígenas, demandando ações permanentes de monitoramento, fiscalização e proteção territorial pelos órgãos competentes.

2.3. Fluxo migratório da Venezuela

No transcorrer da reunião, foi relatado o ingresso frequente de indígenas Yanomami provenientes da Venezuela em busca de atendimento no sistema de saúde brasileiro. Segundo as informações apresentadas pelos gestores da saúde indígena, parte desses pacientes chega ao território nacional

sem comprovação de histórico vacinal e, em alguns casos, com quadros graves de malária e outras condições que demandam atendimento especializado.

Os interlocutores ouvidos também informaram que as limitações de acesso a serviços de saúde em áreas do território venezuelano têm contribuído para a procura por assistência nas unidades brasileiras localizadas na região de fronteira, ampliando a demanda sobre a rede de atendimento existente.

Adicionalmente, foi relatado que as operações de combate ao garimpo ilegal realizadas no lado brasileiro da Terra Indígena Yanomami podem provocar deslocamentos temporários de garimpeiros para áreas situadas além da fronteira, com posterior tentativa de retorno ao território nacional. Segundo os participantes das reuniões, essa dinâmica representa um desafio permanente para as ações de fiscalização e proteção territorial desenvolvidas pelos órgãos competentes.

2.4. Capacidade operacional e recursos humanos

O contingente profissional do DSEI-Y ultrapassa atualmente 2.000 trabalhadores, incluindo 58 médicos pelo programa Mais Médicos. Os profissionais de saúde são contratados em regime celetista pela Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS). O número de agentes de combate a endemias aumentou de forma representativa, de 47 para 200. Há contratação de intérpretes para os sete subgrupos linguísticos Yanomami, visando o atendimento intercultural.

Foi informado, adicionalmente, que o corpo de profissionais conta com equipe de psicólogos e fluxo de notificações para casos de violência doméstica e familiar.

2.5. Situação da Casa de Apoio à Saúde Indígena Yanomami

A Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) Yanomami opera com cerca de 480 pacientes e acompanhantes, próximo ao limite de sua capacidade (450). A estrutura é organizada com atenção às especificidades antropológicas dos povos indígenas, de forma a fomentar a boa convivência entre diferentes subgrupos.

A estrutura da Casai Yanomami está sob reforma, com o objetivo de aprimorar e ampliar o atendimento oferecido aos povos indígenas. Contudo a obra sofreu interrupção devido ao descumprimento contratual da empresa responsável, que executou parcela inexpressiva do contrato. Para endereçar a questão, a empresa inadimplente está em processo de responsabilização e estão sendo tomadas providências para contratação de outra empresa para concluir a reforma.

2.6. Índices de saúde

Foram apresentados indicadores que apontam avanços na assistência à saúde prestada às comunidades indígenas nos últimos anos. Segundo os dados informados, observou-se ampliação da cobertura vacinal, com o percentual de crianças com esquema vacinal completo passando de patamares inferiores a 50% para aproximadamente 80%.

Também foram relatadas melhorias nos indicadores nutricionais, especialmente entre crianças menores de cinco anos. De acordo com as informações apresentadas à Subcomissão, houve redução dos casos de desnutrição grave e dos óbitos associados a agravos nutricionais, refletindo a ampliação das ações de vigilância alimentar e nutricional, do acompanhamento clínico e da presença das equipes de saúde no território.

Os representantes do DSEI-YY destacaram, contudo, que os avanços observados convivem com desafios estruturais relevantes. Entre eles, foi mencionada a necessidade de manutenção de uma complexa rede logística para garantir a continuidade do atendimento em regiões de difícil acesso, especialmente diante da ampliação do número de profissionais mobilizados para atuação no território.

No tocante aos determinantes sociais e ambientais da saúde, os gestores relataram a existência de correlação entre áreas historicamente impactadas pela atividade garimpeira e os locais que apresentam maiores indicadores de vulnerabilidade sanitária. Segundo os relatos recebidos, a degradação ambiental decorrente da exploração mineral ilegal teria contribuído para alterações nas condições de segurança alimentar, na dinâmica comunitária e na incidência de doenças, especialmente aquelas transmitidas por vetores.

Adicionalmente, foi ressaltado que a consolidação dos resultados alcançados dependerá da continuidade das ações de assistência à saúde, da proteção territorial e do monitoramento permanente das condições epidemiológicas das comunidades indígenas, em especial nas regiões que ainda apresentam maior fragilidade social e sanitária.

2.7. Construção de Unidades Básicas de Saúde

Com os gestores do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI-YY), foram apresentadas informações acerca do planejamento e da execução das obras de infraestrutura destinadas à ampliação da rede de atenção à saúde no território.

Segundo os relatos recebidos, a definição das localidades contempladas com novas Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs) e outras estruturas de apoio considera critérios técnicos relacionados às condições sanitárias e epidemiológicas das comunidades, incluindo indicadores de desnutrição, incidência de doenças e necessidades assistenciais identificadas pelas equipes de saúde.

Os gestores destacaram que as características geográficas da Terra Indígena Yanomami impõem desafios significativos à implantação e manutenção da infraestrutura. Foi informado que a maior parte das comunidades depende de acesso aéreo, circunstância que influencia diretamente o transporte de materiais, equipamentos e insumos necessários à execução das obras. Em razão dessas limitações, parte das edificações utiliza materiais disponíveis na própria região, buscando compatibilizar as necessidades operacionais com as condições locais.

Também foi relatado que a execução das obras ocorre por meio da contratação de serviços especializados de construção civil, com equipes mobilizadas especificamente para atuação em áreas remotas. Segundo as informações apresentadas, o dimensionamento dessas equipes varia de acordo com a complexidade e as características de cada empreendimento, tendo como

objetivo ampliar a capacidade instalada da rede de saúde e recuperar estruturas que se encontravam sem condições adequadas de funcionamento.

Por fim, foi ressaltada a importância da manutenção periódica das edificações e dos equipamentos instalados, especialmente em razão das condições climáticas e ambientais da região, de modo a assegurar a continuidade dos serviços prestados às comunidades indígenas e a preservação dos investimentos realizados na infraestrutura de saúde.

2.8. Aquisição de medicamentos

No que tange aos medicamentos, foram apresentadas informações acerca dos desafios relacionados ao abastecimento e insumos destinados à atenção à saúde indígena. Os gestores relataram que a logística de transporte constitui um dos principais fatores que influenciam a disponibilidade regular desses produtos nas unidades de saúde localizadas no território Yanomami.

Segundo as informações prestadas, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) vem adotando medidas voltadas à centralização dos processos de aquisição de medicamentos, buscando ampliar a escala das compras, padronizar os insumos utilizados e aumentar a atratividade dos certames para fornecedores. De acordo com os interlocutores ouvidos, a fragmentação das aquisições em contratos de pequeno porte historicamente representou um desafio para o abastecimento, especialmente em regiões de difícil acesso.

Foi ressaltado que a complexidade logística da região exige que os processos de contratação considerem não apenas o valor dos medicamentos, mas também os custos, os prazos e as condições de transporte até os locais de

distribuição. Os participantes das reuniões destacaram que a viabilidade do fornecimento está diretamente relacionada à capacidade de entrega dos produtos em Boa Vista e, posteriormente, às comunidades indígenas, grande parte das quais depende de transporte aéreo para recebimento de suprimentos.

Nesse contexto, foi apontada a importância de que os procedimentos de aquisição incorporem critérios compatíveis com as especificidades operacionais da Amazônia, de modo a reduzir riscos de atraso na entrega, descontinuidade contratual e desabastecimento. Segundo os relatos recebidos, a adequada consideração dos aspectos logísticos durante o planejamento das compras constitui elemento essencial para assegurar a regularidade do fornecimento de medicamentos e insumos à população atendida.

Por fim, os gestores informaram que a eficiência dos processos de aquisição e distribuição possui impacto direto sobre a capacidade resolutiva da atenção primária à saúde nas comunidades indígenas, contribuindo para evitar deslocamentos desnecessários de pacientes e fortalecer o atendimento local de agravos que podem ser tratados nas próprias unidades de saúde quando há disponibilidade adequada de medicamentos e insumos.

3. Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Roraima – 7º Ofício)

3.1. Limitações da persecução penal no contexto do garimpo

Durante a reunião realizada com o representante do Ministério Público Federal (MPF), foram apresentadas considerações acerca dos desafios

enfrentados na investigação, no processamento e na responsabilização criminal de condutas relacionadas ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Segundo ele, a tramitação de processos envolvendo organizações ligadas à exploração mineral ilícita pode se estender por longos períodos. Como exemplo, foi mencionada a existência de operações deflagradas em anos anteriores cujas decisões judiciais foram proferidas somente após mais de uma década de tramitação. Entre os fatores apontados para esse cenário, destacaram-se a complexidade das investigações, o elevado número de envolvidos, as dificuldades operacionais decorrentes da pandemia de COVID-19 e limitações estruturais enfrentadas pelo sistema de justiça na região.

Foi relatada a preocupação quanto à capacidade dissuasória da legislação atualmente aplicada aos crimes ambientais relacionados ao garimpo ilegal. Segundo os interlocutores, a combinação entre elevada rentabilidade econômica da atividade ilícita, dificuldades investigativas e prolongada duração dos processos pode reduzir a efetividade das medidas de responsabilização, especialmente em relação aos agentes responsáveis pelo financiamento e pela estruturação logística das operações ilegais.

Durante a reunião, foi igualmente debatida a possibilidade de aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos destinados à repressão de violações graves de direitos humanos associadas ao garimpo ilegal. Nesse contexto, foram mencionadas discussões doutrinárias e legislativas relacionadas à internalização de dispositivos previstos no Estatuto de Roma, com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de responsabilização em situações caracterizadas por impactos sistemáticos sobre populações vulneráveis.

Adicionalmente, foi relatado que a expansão da atividade garimpeira nos últimos anos teria contribuído para alterações na dinâmica de violência observada em determinadas localidades do território indígena, incluindo a circulação de armas de fogo e o agravamento de conflitos. Segundo os representantes do MPF, esse cenário reforça a necessidade de atuação articulada entre os órgãos de fiscalização, investigação e persecução penal, bem como de acompanhamento contínuo das condições de segurança e proteção dos povos indígenas.

3.2. Mecanismos de investigação penal

Ainda com o representante do Ministério Público Federal (MPF), foram apresentadas informações sobre a evolução das estratégias de investigação empregadas no enfrentamento ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Segundo o relato recebido, as investigações passaram a conferir maior ênfase à análise de fluxos financeiros, movimentações patrimoniais e Relatórios de Informação Financeira (RIFs) produzidos por órgãos de inteligência financeira. De acordo com as informações apresentadas, essa abordagem busca identificar os responsáveis pelo financiamento, pela logística e pela comercialização dos produtos oriundos da atividade ilícita, complementando os métodos tradicionais de investigação criminal.

Foi informado que as apurações têm identificado estruturas empresariais supostamente utilizadas para a circulação e comercialização de minério extraído ilegalmente, incluindo empresas atuantes em diferentes segmentos econômicos. Segundo o relato apresentado, tais mecanismos podem

ser empregados para conferir aparência de legalidade a produtos de origem ilícita, dificultando a identificação dos beneficiários finais das operações.

Também foi destacado que as organizações envolvidas na atividade garimpeira ilegal vem demonstrando crescente capacidade de adaptação às ações de fiscalização e investigação. Nesse contexto, foi relatada a utilização de mecanismos tecnológicos destinados à proteção de comunicações e à supressão de vestígios digitais, circunstância que pode dificultar a obtenção e a preservação de elementos probatórios.

Durante a reunião, foi ressaltada a importância da integração entre órgãos de investigação, inteligência financeira, fiscalização ambiental e controle regulatório para o enfrentamento das estruturas econômicas associadas ao garimpo ilegal. Segundo as informações apresentadas, a combinação de instrumentos de rastreamento financeiro, monitoramento logístico e produção de provas periciais tem contribuído para ampliar a capacidade estatal de identificar os agentes responsáveis pela organização e pelo financiamento dessas atividades.

Por fim, foi destacado que o aperfeiçoamento dos mecanismos de investigação e cooperação institucional constitui elemento relevante para o fortalecimento das ações de combate ao garimpo ilegal e para a proteção dos direitos dos povos indígenas afetados por essa atividade.

3.3.Mudança no perfil epidemiológico e de remoções

Foi relatada uma mudança significativa no perfil dos agravos à saúde observados na Terra Indígena Yanomami nos últimos anos. Segundo as informações apresentadas, os atendimentos que, em períodos anteriores,

concentravam-se predominantemente em casos de desnutrição, verminoses, malária e outras doenças infecciosas passaram a registrar, com maior frequência, ocorrências relacionadas a causas externas.

De acordo com os relatos recebidos, observa-se aumento da demanda por atendimento e remoções decorrentes de ferimentos por arma de fogo, acidentes, episódios de violência interpessoal e situações associadas ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Os interlocutores destacaram que tais ocorrências passaram a representar parcela crescente dos casos que exigem intervenção das equipes de saúde e remoção de pacientes para unidades de maior complexidade.

No curso das reuniões, foi apontado que essa alteração no perfil dos atendimentos estaria associada a transformações sociais observadas em determinadas regiões do território, incluindo a circulação de armas de fogo, o aumento de conflitos e a introdução de bebidas alcoólicas e outras substâncias em comunidades anteriormente menos expostas a esses fatores. Segundo os relatos apresentados, tais mudanças teriam se intensificado durante os períodos de maior presença da atividade garimpeira ilegal na região.

Também foi informado que, paralelamente à redução de parte dos agravos nutricionais e infecciosos observados nos anos mais críticos da crise humanitária, surgiram novos desafios para a rede de atenção à saúde indígena, especialmente aqueles relacionados à violência, aos acidentes e à segurança das próprias equipes que atuam no território.

Por fim, os participantes das reuniões destacaram que a compreensão dessa mudança de perfil é fundamental para o planejamento das ações de saúde, da assistência social e da proteção territorial, uma vez que os

desafios atualmente enfrentados extrapolam as dimensões estritamente sanitárias e demandam atuação articulada entre diferentes órgãos e políticas públicas.

3.4.Desafios para a realização de ações de saúde nas comunidades

Na ocasião da reunião com representante do Ministério Público Federal (MPF), foram apresentadas considerações acerca dos desafios enfrentados para a execução de ações de atenção primária à saúde diretamente nas comunidades indígenas mais distantes dos polos de atendimento.

Segundo o relato recebido, a efetividade da assistência à saúde na Terra Indígena Yanomami depende não apenas da manutenção das estruturas físicas de atendimento, mas também da capacidade das equipes de saúde de realizar deslocamentos regulares às aldeias para atividades de busca ativa, vacinação, acompanhamento pré-natal, monitoramento nutricional e outras ações preventivas.

Foi informado que, em determinadas localidades, fatores relacionados à segurança têm dificultado a circulação das equipes fora dos polos-base. De acordo com as informações apresentadas, episódios de violência e conflitos registrados em algumas regiões do território geram preocupações quanto à segurança dos profissionais, circunstância que pode limitar a realização de atividades de campo e o acompanhamento contínuo das comunidades.

Também foi destacado que as dificuldades logísticas e a disponibilidade reduzida de profissionais em algumas unidades podem representar obstáculos adicionais à ampliação das ações extramuros. Segundo

os relatos recebidos, em determinadas situações, o deslocamento de equipes para aldeias mais remotas pode comprometer temporariamente o funcionamento regular dos postos de atendimento, exigindo planejamento específico para compatibilizar ambas as atividades.

Durante esta reunião, foi ressaltada a importância do fortalecimento das condições de segurança, da infraestrutura logística e da capacidade operacional das equipes de saúde, de modo a assegurar a continuidade das ações preventivas e o acompanhamento regular das populações indígenas em todo o território.

Por fim, foi observado que a ampliação das atividades de busca ativa e de atenção básica nas comunidades constitui elemento relevante para a consolidação dos avanços obtidos nos indicadores de saúde e para a prevenção de agravos que podem ser identificados e tratados precocemente no âmbito da atenção primária.

3.5. Cooperação internacional e desafios transfronteiriços

Ao abordar a dinâmica do garimpo ilegal na região amazônica, o representante do Ministério Público Federal destacou que as atividades ilícitas associadas à exploração mineral na Terra Indígena Yanomami possuem caráter transnacional, ultrapassando os limites territoriais brasileiros e envolvendo áreas localizadas na Venezuela e na Guiana.

Segundo as informações apresentadas, os grupos envolvidos nessas atividades adaptam suas estratégias em função da intensidade das ações de fiscalização e repressão realizadas pelos órgãos brasileiros. Foi relatado que, em determinados períodos, pessoas, equipamentos e estruturas vinculadas ao

garimpo ilegal podem se deslocar para áreas situadas além da fronteira, retornando posteriormente ao território nacional quando a pressão estatal diminui. Tal dinâmica foi apontada como um dos fatores que dificultam a consolidação dos resultados obtidos pelas operações de desintrusão.

No âmbito do enfrentamento às atividades ilícitas transfronteiriças, foi destacada a importância do fortalecimento dos mecanismos de cooperação internacional e do intercâmbio de informações entre os órgãos responsáveis pela fiscalização, investigação e persecução penal. Nesse contexto, foi mencionada a utilização de recursos periciais voltados à identificação da origem geográfica do minério apreendido, capazes de auxiliar na rastreabilidade de cadeias de comercialização e na produção de provas relacionadas à circulação transnacional de recursos minerais extraídos ilegalmente.

Segundo a avaliação apresentada, a articulação entre instrumentos diplomáticos, cooperação institucional, inteligência financeira e mecanismos de investigação constitui elemento relevante para o enfrentamento das estruturas econômicas associadas ao garimpo ilegal e para a proteção dos povos indígenas que habitam a região de fronteira.

4. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima - SIEMESP

4.1. Judicialização e condições de trabalho das equipes de saúde

Em reunião com representantes do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima (SIEMESP-RR), foram apresentadas informações acerca das condições de

trabalho dos profissionais que atuam na saúde indígena, bem como do conjunto de medidas judiciais adotadas pela entidade nos últimos anos.

Segundo os representantes do sindicato, desde 2019 foram ajuizadas diversas ações coletivas relacionadas às condições de trabalho das equipes vinculadas aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), abrangendo temas como infraestrutura de alojamento, segurança do trabalho, jornada laboral, assédio e cumprimento de direitos trabalhistas. Também foi informado que a entidade obteve decisão liminar suspendendo processo de dispensa coletiva de trabalhadores que atuavam na saúde indígena.

Os representantes relataram que, no âmbito dessas discussões judiciais, foram suscitadas preocupações relacionadas à continuidade da assistência prestada às comunidades indígenas, especialmente em razão da rotatividade de profissionais e dos vínculos estabelecidos entre equipes de saúde e populações atendidas. Nesse contexto, foi mencionada a existência de debates judiciais envolvendo a observância de procedimentos de consulta previstos em instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos povos indígenas.

O sindicato também apresentou informações acerca de decisões judiciais que determinaram a adoção de medidas voltadas à melhoria das condições de trabalho e permanência das equipes em campo. Entre os pontos mencionados destacam-se providências relacionadas ao fornecimento de água potável, à adequação de alojamentos e estruturas de apoio, bem como à disponibilização de equipamentos destinados à conservação e ao armazenamento de alimentos em localidades remotas.

Ainda segundo os relatos apresentados, a precariedade de determinadas estruturas de apoio pode impactar tanto as condições de trabalho dos profissionais quanto a continuidade dos serviços prestados às comunidades indígenas. Nesse sentido, os representantes defenderam a necessidade de investimentos permanentes em infraestrutura, logística e segurança para assegurar condições adequadas de atuação das equipes de saúde.

As informações apresentadas pelo SIEMESP-RR foram registradas pela Subcomissão e serão consideradas em conjunto com os demais elementos colhidos durante a diligência, incluindo os dados fornecidos pelos órgãos de gestão da saúde indígena e pelas instituições de controle e fiscalização.

4.2. Segurança das equipes de saúde e impactos dos conflitos locais

Ao tratar das condições de trabalho dos profissionais que atuam na Terra Indígena Yanomami, os representantes do SIEMESP-RR manifestaram preocupação com episódios de violência registrados em algumas regiões do território e com seus reflexos sobre a prestação dos serviços de saúde.

Segundo os relatos apresentados, a circulação de armas de fogo em determinadas comunidades e o aumento de conflitos locais têm gerado situações de risco para profissionais que atuam em polos-base e unidades de atendimento. Nesse contexto, foi mencionado episódio ocorrido na região de Parima, no qual uma unidade de saúde teria sido atingida durante confronto armado, resultando em ferimentos a trabalhador que se encontrava no local.

A entidade sindical também relatou ocorrências envolvendo profissionais da saúde que teriam sido vítimas de episódios graves de violência

nos últimos anos, incluindo casos de homicídio, agressões físicas e violência sexual. Segundo os representantes do sindicato, tais situações produziram impactos relevantes sobre a sensação de segurança das equipes e sobre a permanência de profissionais em áreas de difícil provimento.

Os representantes destacaram, ainda, preocupações relacionadas à saúde mental dos trabalhadores que atuam no território. De acordo com os relatos apresentados, a exposição contínua a situações de insegurança, isolamento geográfico e elevada pressão emocional tem contribuído para o aumento de casos de sofrimento psíquico entre profissionais da saúde indígena.

Na avaliação da entidade, o fortalecimento das medidas de segurança, o acompanhamento psicossocial das equipes e a adoção de protocolos adequados para atuação em áreas de risco constituem fatores importantes para a proteção dos trabalhadores e para a continuidade da assistência prestada às comunidades indígenas.

As informações apresentadas pelo sindicato evidenciam que os desafios enfrentados pelas equipes de saúde transcendem as questões estritamente trabalhistas, alcançando aspectos relacionados à segurança institucional, à permanência de profissionais em áreas remotas e à sustentabilidade das ações de atenção à saúde no território.

4.3. Utilização da Infraestrutura de saúde em Surucucu

Outro aspecto destacado pelos representantes do SIEMESP-RR refere-se à utilização das estruturas de saúde localizadas na região de Surucucu, concebidas para funcionar como ponto de referência para atendimento e

estabilização de pacientes provenientes de diferentes localidades da Terra Indígena Yanomami.

Segundo as informações apresentadas, fatores históricos e conflitos existentes entre determinadas comunidades têm dificultado a plena utilização dessa estrutura por parte de alguns grupos indígenas. De acordo com os relatos recebidos, em determinadas situações pacientes e familiares manifestam resistência à permanência em Surucucu, o que pode resultar na necessidade de remoções diretas para Boa Vista, mesmo em casos nos quais seria possível a utilização de estruturas intermediárias de atendimento.

Os representantes do sindicato avaliaram que essa dinâmica produz impactos operacionais para o sistema de saúde indígena, especialmente em razão das longas distâncias envolvidas e da dependência de transporte aéreo para a realização de remoções e deslocamentos. Segundo os relatos apresentados, a ampliação do uso das estruturas existentes poderia contribuir para maior racionalização dos fluxos assistenciais e logísticos na região.

Também foram mencionadas dificuldades relacionadas à segurança e à gestão da infraestrutura de apoio existente no entorno do aeródromo de Surucucu, considerado ponto estratégico para o abastecimento de unidades localizadas em áreas remotas. Segundo os representantes da entidade, tais circunstâncias podem gerar desafios adicionais para a distribuição de insumos e suprimentos destinados às equipes que atuam em polos dependentes dessa rota logística.

As informações apresentadas evidenciam que a efetividade da rede de saúde indígena depende não apenas da disponibilidade de estruturas físicas

e recursos materiais, mas também da construção de soluções que considerem as especificidades culturais, territoriais e sociais das comunidades atendidas.

4.4.Limitações institucionais e articulação entre órgãos públicos

Ao abordar os desafios enfrentados pelas equipes de saúde no território Yanomami, os representantes do SIEMESP-RR manifestaram preocupação com aspectos relacionados à coordenação institucional entre os diferentes órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Segundo as informações apresentadas, situações envolvendo conflitos locais, deslocamento de comunidades e segurança das equipes de saúde demandam atuação integrada de diversos órgãos governamentais, incluindo aqueles responsáveis pela política indigenista, pela assistência à saúde e pela segurança pública. Na avaliação da entidade, a ausência ou insuficiência de ações coordenadas pode gerar dificuldades adicionais para a prestação contínua dos serviços de saúde em determinadas localidades.

Os representantes também apresentaram observações relacionadas ao funcionamento das instâncias de controle social vinculadas à saúde indígena. Foi relatado que conselheiros e representantes comunitários enfrentam limitações operacionais para acompanhar, fiscalizar e participar de determinadas etapas da gestão, circunstância que, segundo a entidade, pode dificultar o exercício pleno das atribuições de controle social previstas para o setor.

Outro ponto mencionado refere-se à necessidade de fortalecimento dos mecanismos de governança e de coordenação logística entre os diversos

órgãos envolvidos na execução das políticas públicas para a Terra Indígena Yanomami. Conforme relatado, desafios relacionados ao transporte de pessoas, insumos e equipamentos podem produzir reflexos sobre as condições de trabalho das equipes e sobre a continuidade da assistência prestada às comunidades.

No entendimento apresentado pelo sindicato, o enfrentamento dos problemas identificados exige atuação articulada entre as instituições responsáveis pela saúde indígena, pela proteção territorial, pela política indigenista e pela segurança pública, de modo a assegurar condições adequadas para o funcionamento da rede de atendimento e para a proteção dos profissionais que atuam na região.

As informações apresentadas pelo SIEMESP-RR evidenciam a relevância da coordenação interinstitucional para a efetividade das ações estatais desenvolvidas no território, tema que também se relaciona com observações registradas por outros órgãos e entidades ouvidos ao longo da diligência.

4.5. Integração entre assistência à saúde e controle de endemias

Ao tratar das ações de prevenção e promoção da saúde desenvolvidas no território Yanomami, os representantes do SIEMESP-RR reconheceram os esforços realizados pelas equipes de saúde para ampliar a busca ativa de pacientes, especialmente no diagnóstico precoce e tratamento de casos de malária em comunidades de difícil acesso.

Segundo a avaliação apresentada pela entidade, a ampliação das ações assistenciais deve ser acompanhada por medidas permanentes de

vigilância ambiental e controle de vetores, de modo a produzir resultados mais duradouros no enfrentamento da doença. Os representantes destacaram que a elevada incidência de malária observada em determinadas regiões está associada não apenas ao acesso aos serviços de saúde, mas também às condições ambientais que favorecem a proliferação do mosquito transmissor.

Nesse contexto, foi mencionado que áreas degradadas pela atividade garimpeira, especialmente locais com acúmulo de água parada, podem favorecer a formação de criadouros do vetor da malária. Segundo os relatos apresentados, a persistência dessas condições ambientais contribui para a manutenção da transmissão da doença, mesmo quando há ampliação do diagnóstico e do tratamento dos pacientes.

A entidade também manifestou preocupação com a expansão de casos para localidades anteriormente menos afetadas, ressaltando a importância do fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e controle ambiental. Na avaliação apresentada, a efetividade das políticas públicas de enfrentamento da malária depende da atuação integrada entre assistência à saúde, vigilância em saúde, recuperação ambiental e controle de vetores.

Por fim, os representantes do sindicato defenderam a adoção de estratégias que combinem o atendimento clínico das populações indígenas com intervenções voltadas à redução dos fatores ambientais associados à transmissão da doença, de modo a contribuir para a diminuição sustentável da incidência da malária no território.

5. Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (PF/RR)

5.1. Operação de desintrusão da Terra Indígena Yanomami

Ao apresentar o panorama das ações desenvolvidas na Terra Indígena Yanomami, representantes da Polícia Federal destacaram os resultados obtidos pelas operações de combate ao garimpo ilegal realizadas nos últimos anos. Segundo as informações apresentadas, imagens de satélite e outros instrumentos de monitoramento ambiental indicam redução significativa das áreas diretamente afetadas pela atividade garimpeira, bem como sinais de regeneração da cobertura vegetal em regiões anteriormente degradadas.

De acordo com os relatos recebidos, a estratégia atualmente empregada combina medidas de caráter administrativo e ações de investigação criminal. No primeiro eixo, são realizadas operações voltadas à inutilização de maquinário, pistas de pouso clandestinas e estruturas utilizadas para apoio logístico às atividades ilícitas. No segundo, busca-se identificar e responsabilizar os agentes responsáveis pelo financiamento, pela logística e pela comercialização dos produtos oriundos da exploração mineral ilegal.

Os representantes da Polícia Federal também relataram desafios relacionados à responsabilização criminal dos envolvidos. Segundo as informações apresentadas, a simples presença de indivíduos não indígenas em determinadas áreas da Terra Indígena Yanomami nem sempre é suficiente para a configuração dos elementos necessários à persecução penal, exigindo a produção de provas complementares capazes de demonstrar a efetiva participação em atividades ilícitas.

Outro aspecto destacado refere-se às dificuldades operacionais enfrentadas pelas equipes de fiscalização e investigação em áreas remotas da Amazônia. Foram mencionados obstáculos decorrentes das condições climáticas, da complexidade logística da região e das limitações impostas pelas grandes distâncias, fatores que podem impactar a execução de diligências e procedimentos relacionados à atividade policial.

No campo da investigação criminal, foi ressaltada a crescente utilização de instrumentos de inteligência financeira, análise patrimonial e recursos periciais destinados ao rastreamento da cadeia econômica do garimpo ilegal. Nesse contexto, foram apresentadas iniciativas voltadas à identificação da origem geográfica de minérios apreendidos, por meio de técnicas científicas capazes de auxiliar a produção de provas relacionadas à circulação e comercialização de recursos minerais extraídos ilegalmente, inclusive em contextos transfronteiriços.

A Polícia Federal também destacou que as organizações envolvidas na exploração mineral ilegal demonstram elevada capacidade de adaptação logística e operacional. Segundo os relatos apresentados, o enfrentamento dessas estruturas exige atuação coordenada entre órgãos de investigação, fiscalização ambiental, inteligência financeira e agências reguladoras, com o objetivo de reduzir a capacidade operacional das atividades ilícitas e impedir o fornecimento de insumos essenciais para sua manutenção.

Por fim, foi observado que os efeitos da atividade garimpeira ultrapassam os impactos ambientais e econômicos, alcançando também aspectos relacionados à segurança das comunidades indígenas e à atuação dos serviços públicos no território. Segundo as informações apresentadas, a

circulação de armas de fogo e a intensificação de conflitos em determinadas localidades constituem desafios adicionais para a consolidação dos resultados alcançados pelas operações de desintrusão.

5.2. Inviabilidade de Audiência de Custódia Tempestiva

Foi ressaltada a impraticabilidade do prazo de 24 horas para audiências de custódia em operações de selva. A Polícia Federal relatou casos em que prisões foram relaxadas pelo Poder Judiciário porque o requisito não foi cumprido, mesmo em contexto no qual as condições climáticas impediram o voo de helicóptero com o preso. Foi sugerida a possibilidade de um rito processual penal específico para crimes em áreas remotas, com flexibilização de prazos de apresentação para audiência de custódia.

5.2. Desafios para a realização de audiências de custódia em áreas remotas

Outro aspecto importante trata-se da logística de transporte de custodiados na Terra Indígena Yanomami que depende, em grande medida, da utilização de aeronaves, especialmente helicópteros. Nessa realidade, fatores climáticos, como chuvas intensas, baixa visibilidade e restrições de voo, podem impedir ou retardar o deslocamento de equipes e pessoas presas até os centros urbanos onde se realizam os procedimentos judiciais correspondentes.

Os representantes da Polícia Federal relataram situações em que limitações operacionais decorrentes das condições meteorológicas comprometeram o cumprimento dos prazos legalmente previstos para a apresentação dos custodiados à autoridade judicial. Segundo os relatos, tais circunstâncias têm gerado desafios para a condução de procedimentos

relacionados à persecução penal em áreas remotas, especialmente em operações de combate ao garimpo ilegal.

Também foi ressaltado que as particularidades geográficas da região amazônica diferem substancialmente da realidade considerada na formulação dos procedimentos processuais aplicáveis à maior parte do território nacional. Na avaliação apresentada, a combinação entre grandes distâncias, dependência de transporte aéreo e condições climáticas adversas cria obstáculos específicos para a execução de determinadas etapas do sistema de justiça criminal.

As informações compartilhadas evidenciam a existência de desafios operacionais associados à aplicação de procedimentos processuais em áreas remotas, tema que, segundo os representantes da Polícia Federal, merece reflexão institucional à luz das especificidades logísticas e territoriais da Amazônia.

5.3. Inteligência Forense aplicada ao rastreamento de minérios

Entre os instrumentos apresentados pela Polícia Federal para o enfrentamento ao garimpo ilegal, destacou-se o desenvolvimento de técnicas periciais destinadas à identificação da origem geográfica de minérios apreendidos em operações de fiscalização e investigação.

Segundo as informações apresentadas, a instituição vem estruturando um banco de dados baseado na análise de características geoquímicas e isotópicas do ouro extraído em diferentes regiões. Essa metodologia permite associar amostras apreendidas a determinadas áreas de

origem, funcionando como um mecanismo de rastreabilidade mineral capaz de auxiliar a produção de provas em investigações relacionadas ao garimpo ilegal.

Foi explicado que esse tipo de ferramenta se tornou especialmente relevante diante da crescente complexidade das cadeias de comercialização do ouro. De acordo com os relatos apresentados, minérios extraídos ilegalmente podem circular por diferentes regiões e até mesmo atravessar fronteiras internacionais antes de serem inseridos em circuitos formais de comercialização, dificultando a identificação de sua procedência.

Nesse contexto, a Polícia Federal informou que a tecnologia tem potencial para auxiliar na diferenciação entre minérios provenientes de distintas áreas geográficas, incluindo regiões localizadas em países vizinhos. Segundo os esclarecimentos prestados, a utilização desses recursos periciais pode contribuir para a identificação de rotas de circulação transnacional de ouro e para a apuração de possíveis mecanismos utilizados para conferir aparência de legalidade a produtos de origem ilícita.

A instituição destacou que o fortalecimento da inteligência forense representa importante complemento às ações de fiscalização em campo, permitindo ampliar a capacidade investigativa do Estado e alcançar não apenas os responsáveis pela extração ilegal do minério, mas também agentes envolvidos em sua comercialização, transporte e financiamento.

5.4. Logística da atividade criminosa e riscos operacionais

Ao descrever as estratégias empregadas pelos grupos envolvidos no garimpo ilegal, os representantes da Polícia Federal destacaram a elevada

capacidade de adaptação logística das organizações que atuam na Terra Indígena Yanomami.

Segundo as informações apresentadas, as ações de fiscalização e controle implementadas pelos órgãos públicos têm dificultado o acesso dos garimpos a combustíveis, equipamentos e demais insumos necessários à manutenção de suas atividades. Em resposta a esse cenário, foram relatadas adaptações em aeronaves utilizadas para transporte de pessoas, combustíveis e cargas, incluindo modificações destinadas à utilização de combustíveis alternativos e à substituição improvisada de componentes mecânicos.

De acordo com os relatos apresentados, tais adaptações podem aumentar os riscos operacionais associados à atividade aérea clandestina, contribuindo para a ocorrência de acidentes em áreas remotas do território. A Polícia Federal destacou que a logística do garimpo ilegal depende fortemente do transporte aéreo, especialmente após o fortalecimento das ações de fiscalização sobre outras rotas de abastecimento.

Também foi ressaltado que a restrição ao fornecimento de combustíveis, equipamentos de comunicação e outros insumos considerados essenciais tem sido utilizada como estratégia complementar de enfrentamento às atividades ilícitas, por meio da atuação coordenada de diferentes órgãos governamentais e entidades reguladoras.

Outro aspecto mencionado refere-se à presença de substâncias químicas utilizadas nos processos de extração mineral. Segundo os representantes da Polícia Federal, operações de fiscalização frequentemente identificam materiais contendo mercúrio, cianeto e outros produtos

potencialmente perigosos, cuja manipulação exige procedimentos específicos de segurança e proteção individual.

Foi destacado que a presença desses produtos representa riscos não apenas para os agentes envolvidos nas operações, mas também para o meio ambiente e para as populações expostas à contaminação decorrente do uso inadequado dessas substâncias. Nesse contexto, a atuação policial demanda cuidados adicionais relacionados à identificação, ao armazenamento e à destinação segura dos materiais apreendidos.

As informações apresentadas evidenciam que o enfrentamento ao garimpo ilegal envolve não apenas ações de fiscalização territorial, mas também o monitoramento de complexas cadeias logísticas de abastecimento, transporte e comercialização que sustentam a permanência das atividades ilícitas na região.

5.5.Conflitos intercomunitários e circulação de armas de fogo

Ao abordar os desafios atualmente enfrentados na Terra Indígena Yanomami, os representantes da Polícia Federal destacaram o aumento da circulação de armas de fogo em determinadas localidades do território e seus reflexos sobre a segurança das comunidades e a atuação dos serviços públicos.

Segundo as informações apresentadas, a presença de armamento em algumas regiões tem contribuído para o agravamento de conflitos entre grupos indígenas, alterando a dinâmica de disputas que historicamente existiam no território. Foi relatado que a introdução de pistolas e espingardas, associada ao contexto de expansão da atividade garimpeira ilegal nos últimos anos, elevou o potencial de letalidade desses conflitos e passou a representar um

desafio adicional para as ações de proteção territorial e manutenção da ordem pública.

A Polícia Federal também destacou que a circulação dessas armas produz impactos diretos sobre a atuação estatal. Conforme relatado, equipes de saúde, fiscalização e assistência pública podem enfrentar restrições de acesso a determinadas localidades em razão de condições de segurança consideradas inadequadas para o deslocamento de servidores e colaboradores.

Outro aspecto mencionado refere-se à complexidade das ações voltadas à identificação e apreensão de armamentos em áreas indígenas. Segundo os esclarecimentos apresentados, a atuação policial nesse contexto demanda observância de procedimentos específicos e consideração das particularidades territoriais e culturais existentes, circunstância que exige planejamento operacional diferenciado e articulação com outros órgãos públicos.

Também foi informado que episódios recentes de violência armada têm exigido crescente mobilização das forças de segurança na região, especialmente em áreas apontadas como mais suscetíveis à ocorrência de conflitos. Na avaliação apresentada pela Polícia Federal, a consolidação dos resultados alcançados pelas operações de desintrusão depende não apenas da retirada dos agentes externos envolvidos no garimpo ilegal, mas também da redução dos fatores que contribuem para a permanência da violência em determinadas localidades.

As informações compartilhadas evidenciam que o enfrentamento da circulação irregular de armas de fogo e a prevenção de conflitos constituem desafios relevantes para a estabilização do território e para a retomada plena

das ações de saúde, educação e assistência destinadas às comunidades indígenas.

6. Lideranças e representantes indígenas Yanomami e Ye'kuana

6.1. Crise educacional e desafios para a continuidade do ensino em comunidades remotas

Ao tratarem das principais demandas enfrentadas pelas comunidades Yanomami e Ye'kuana, as lideranças indígenas manifestaram preocupação com a situação da educação escolar em diversas localidades da Terra Indígena Yanomami, especialmente na região do Alto Auaris.

Segundo os relatos apresentados, comunidades como Olomai, Budu-U, Halicato-U, Palimi-U e Mucajaí teriam permanecido por período prolongado sem oferta regular de atividades educacionais. De acordo com os representantes indígenas e com a assessoria jurídica da Associação Sanumá, a interrupção das aulas produziu impactos significativos sobre a rotina comunitária e sobre o acompanhamento de crianças e adolescentes em idade escolar.

As lideranças informaram que a continuidade das atividades educacionais em determinadas regiões dependia de apoio logístico prestado por organizações que historicamente atuavam no território, especialmente no transporte de professores e no suporte às atividades pedagógicas em localidades de difícil acesso. Segundo os relatos apresentados, alterações nesse modelo de apoio não teriam sido acompanhadas pela implementação imediata de estrutura equivalente capaz de assegurar a continuidade das atividades escolares.

Foi informado, ainda, que o tema passou a ser objeto de atuação do Ministério Público Federal, tendo sido mencionada a existência de decisão judicial relacionada à retomada das atividades educacionais e ao ingresso de equipes de apoio nas comunidades afetadas.

As lideranças indígenas também relataram que a ausência prolongada das atividades escolares produziu reflexos que ultrapassam a dimensão educacional. Na avaliação apresentada, a escola desempenha papel relevante na proteção de crianças e adolescentes, na organização da vida comunitária e na promoção de atividades culturais e de convivência social. Segundo os participantes, a interrupção dessas atividades teria contribuído para o agravamento de problemas sociais percebidos pelas comunidades, incluindo o aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre jovens e outras situações de vulnerabilidade.

Outro aspecto destacado refere-se aos desafios logísticos para a manutenção do ensino em áreas remotas. Foi relatado que o transporte de profissionais, materiais pedagógicos e gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar constitui um dos principais obstáculos para a continuidade das atividades educacionais, em razão da forte dependência do transporte aéreo.

Posteriormente, em reunião própria, representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) apresentaram esclarecimentos sobre a matéria, expondo fundamentos institucionais que motivaram as decisões adotadas em relação às organizações mencionadas pelas lideranças indígenas. As informações fornecidas pela FUNAI serão analisadas conjuntamente com os demais elementos colhidos pela Subcomissão.

6.2. Segurança alimentar e vulnerabilidade nutricional

As lideranças Yanomami e Ye'kuana manifestaram preocupação com a situação da segurança alimentar em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami, especialmente nas comunidades mais dependentes de apoio logístico para o recebimento de alimentos e insumos essenciais.

Segundo os relatos apresentados, teria ocorrido interrupção ou redução significativa da distribuição de cestas de alimentos em determinadas localidades nos meses anteriores à diligência. As lideranças afirmaram que essa situação, associada às dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional e à interrupção de fluxos logísticos anteriormente utilizados para o transporte de suprimentos, tem aumentado a preocupação das comunidades quanto à disponibilidade regular de alimentos.

Os representantes indígenas destacaram que a alimentação escolar desempenha papel relevante na segurança alimentar de crianças e adolescentes, especialmente em áreas remotas. Nesse contexto, foi relatado que a paralisação prolongada das atividades educacionais em algumas comunidades também produziu reflexos sobre o acesso regular a refeições fornecidas no ambiente escolar.

Outro aspecto ressaltado refere-se aos desafios logísticos para o abastecimento das aldeias. Segundo as informações apresentadas, a dependência de transporte aéreo para o deslocamento de alimentos, materiais e profissionais constitui um dos principais fatores que dificultam a continuidade de ações voltadas à segurança alimentar em determinadas regiões do território.

As lideranças também chamaram atenção para as dificuldades enfrentadas por famílias indígenas que necessitam deslocar-se para centros urbanos a fim de acessar benefícios sociais ou serviços públicos. De acordo com os relatos recebidos, esses deslocamentos prolongados podem gerar situações de vulnerabilidade social e alimentar, tanto para as pessoas que permanecem nas cidades quanto para as comunidades que ficam temporariamente sem parte de seus membros em atividades produtivas tradicionais.

Ao longo das discussões, foi ressaltada a importância de fortalecer estratégias de segurança alimentar compatíveis com as realidades locais, incluindo iniciativas voltadas ao incentivo da produção comunitária de alimentos e à redução da dependência de cadeias logísticas complexas para o abastecimento das aldeias.

As lideranças indígenas alertaram que a manutenção das atuais dificuldades de abastecimento poderá comprometer os avanços alcançados nos últimos anos no enfrentamento da desnutrição infantil e de outros agravos relacionados à insegurança alimentar, razão pela qual defenderam a adoção de medidas urgentes para assegurar a regularidade do fornecimento de alimentos às comunidades.

6.3. Impactos do fluxo transfronteiriço de indígenas provenientes da Venezuela

As lideranças Yanomami e Ye'kuana também manifestaram preocupação com o aumento da circulação de indígenas provenientes de comunidades localizadas em território venezuelano, especialmente nas regiões próximas à fronteira compartilhada entre os dois países.

Segundo os relatos apresentados, os povos que habitam essa área mantêm vínculos familiares, culturais e territoriais que antecedem a própria delimitação das fronteiras nacionais, circunstância que favorece a intensa mobilidade entre comunidades situadas em ambos os lados da fronteira.

As lideranças informaram que parte dos deslocamentos recentes estaria relacionada à busca por atendimento de saúde, alimentos e outros serviços disponíveis em território brasileiro. De acordo com os participantes, muitos indígenas chegam às unidades de atendimento apresentando condições de saúde que demandam acompanhamento imediato, o que amplia a pressão sobre os serviços públicos já instalados na região.

Foi relatado, ainda, que a crescente circulação de pessoas entre os dois países produz desafios adicionais para as ações de vigilância epidemiológica e para o planejamento da assistência à saúde. Na avaliação apresentada pelas lideranças, a manutenção de fluxos populacionais intensos em uma área marcada por grandes distâncias e limitações de infraestrutura exige permanente coordenação entre os órgãos responsáveis pela saúde indígena e pela proteção territorial.

Os representantes indígenas também destacaram que a situação observada na região de fronteira possui dimensão humanitária e demanda soluções que considerem as especificidades culturais dos povos transfronteiriços, cujos territórios tradicionais não se restringem aos limites políticos estabelecidos pelos Estados nacionais.

Por fim, foi ressaltada a importância de ampliar mecanismos de cooperação institucional voltados ao acompanhamento das populações que circulam entre os dois países, especialmente nas áreas relacionadas à saúde, à

segurança alimentar e à proteção das comunidades indígenas situadas na faixa de fronteira.

6.4. Desafios no acesso a benefícios sociais e permanência em centros urbanos

As lideranças Yanomami e Ye'kuana manifestaram preocupação com os impactos produzidos pelo modelo atualmente utilizado para acesso a benefícios sociais, especialmente o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em comunidades localizadas em áreas remotas da Terra Indígena Yanomami.

Segundo os relatos apresentados, a inexistência de estruturas bancárias e de atendimento permanente em diversas localidades do território obriga beneficiários a realizarem longos deslocamentos até centros urbanos, especialmente Boa Vista e, em alguns casos, municípios situados em outras regiões da Amazônia. De acordo com os participantes, esses deslocamentos frequentemente dependem da disponibilidade de transporte aéreo e podem resultar em permanência prolongada fora das comunidades de origem.

As lideranças destacaram que essa dinâmica produz impactos sociais relevantes, incluindo o afastamento temporário de famílias de suas atividades produtivas tradicionais e a permanência de indígenas em ambientes urbanos sem estrutura adequada de acolhimento. Foi relatado que muitas pessoas permanecem por períodos prolongados aguardando acesso aos benefícios ou meios de retorno às comunidades, o que amplia situações de vulnerabilidade social e econômica.

Também foram apresentadas preocupações relacionadas à ocorrência de práticas abusivas contra beneficiários indígenas durante sua permanência nas cidades. Segundo os relatos recebidos, haveria casos de retenção de cartões bancários, utilização indevida de senhas, contratação irregular de empréstimos e outras formas de exploração financeira envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade. As lideranças solicitaram maior atenção dos órgãos públicos para a prevenção e fiscalização dessas ocorrências.

Outro aspecto mencionado refere-se às dificuldades de acolhimento dos indígenas que se deslocam para Boa Vista. Foi relatado que a ausência de estruturas adequadas de hospedagem e apoio obriga muitas famílias a permanecerem em residências de parentes, lideranças comunitárias ou espaços improvisados, frequentemente em condições de elevada ocupação e infraestrutura limitada.

Ao longo das discussões, foi ressaltada a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de acesso a benefícios sociais para populações residentes em áreas remotas, bem como de fortalecer as estruturas de acolhimento e proteção destinadas aos indígenas em trânsito nos centros urbanos. Segundo os participantes, tais medidas poderiam contribuir para reduzir deslocamentos desnecessários, mitigar situações de vulnerabilidade e assegurar maior efetividade às políticas públicas de proteção social voltadas aos povos indígenas.

6.5. Segurança territorial e consolidação da desintrusão

Ao abordar a situação atual da Terra Indígena Yanomami, as lideranças indígenas reconheceram avanços decorrentes das ações de combate ao garimpo ilegal realizadas nos últimos anos. Segundo os participantes, a

redução da presença de invasores em diversas localidades tem produzido melhorias perceptíveis nas condições de segurança e representa uma oportunidade para a retomada de serviços públicos essenciais.

Na avaliação apresentada pelas lideranças, o momento atual constitui uma janela favorável para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às comunidades indígenas, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança alimentar. Foi ressaltada a necessidade de aproveitamento desse contexto para restabelecer serviços que sofreram interrupções ou funcionamento irregular durante os períodos de maior expansão da atividade garimpeira.

Apesar dos avanços observados, os representantes indígenas manifestaram preocupação com a permanência de fatores de insegurança em determinadas regiões do território. Segundo os relatos apresentados, ainda existem receios relacionados à possibilidade de retorno de atividades ilícitas e à atuação de grupos que permanecem vinculados às estruturas econômicas anteriormente associadas ao garimpo.

As lideranças também relataram preocupações quanto à circulação de pessoas e armamentos em áreas próximas à fronteira internacional, circunstância que, segundo os participantes, tem contribuído para o aumento das tensões em algumas comunidades e para a manutenção de um ambiente de instabilidade em localidades específicas.

Outro aspecto destacado refere-se à proteção das próprias lideranças indígenas que colaboram com órgãos públicos e instituições de fiscalização. Os representantes enfatizaram a necessidade de tratamento

cauteloso de informações capazes de identificar pessoas que atuam na denúncia de atividades ilícitas, em razão do receio de possíveis represálias.

Por fim, foi defendido o fortalecimento da presença permanente do Estado em regiões consideradas estratégicas, por meio da ampliação da atuação dos órgãos responsáveis pela proteção territorial, pela política indigenista e pela prestação de serviços públicos. Na avaliação apresentada, a consolidação dos resultados obtidos com a desintrusão dependerá da continuidade dessas ações e da ocupação institucional dos espaços anteriormente influenciados pela atividade garimpeira ilegal.

6.6. Percepção das comunidades sobre a presença institucional da FUNAI

As lideranças Yanomami e Ye'kuana manifestaram preocupação quanto à presença institucional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami. Segundo os relatos apresentados, a atuação do órgão é percebida como mais frequente em áreas próximas aos principais corredores logísticos e pontos de acesso, enquanto comunidades localizadas em regiões mais remotas relatam dificuldades para acessar o acompanhamento permanente da instituição.

Os participantes destacaram que a presença continuada de órgãos estatais é considerada fundamental para a mediação de demandas comunitárias, o acompanhamento de políticas públicas e a articulação de respostas diante de situações de conflito ou vulnerabilidade social. Na avaliação apresentada pelas lideranças, a ausência de estruturas permanentes em determinadas localidades pode dificultar a interlocução entre as comunidades e o Estado.

Também foi relatado que a limitada presença institucional em algumas regiões produz reflexos sobre a implementação de ações voltadas à proteção territorial, ao acompanhamento de serviços públicos e à resolução de demandas cotidianas das comunidades. Segundo os participantes, tais desafios são mais perceptíveis em áreas de difícil acesso, onde a presença de agentes públicos depende de complexa logística de deslocamento.

As lideranças defenderam o fortalecimento da atuação da FUNAI em regiões consideradas estratégicas, especialmente por meio da ampliação da presença institucional em áreas remotas e do incremento das ações de acompanhamento direto às comunidades indígenas.

Posteriormente, representantes da própria FUNAI informaram à Subcomissão que o órgão enfrenta limitações relacionadas à disponibilidade de pessoal, à estrutura logística e ao financiamento das atividades de campo, fatores que, segundo a instituição, impactam sua capacidade de atuação contínua em todo o território. As informações prestadas pela Fundação serão analisadas conjuntamente com os demais elementos colhidos durante a diligência.

7. Casa de Governo no Estado de Roraima (Casa de Governo/RR)

7.1. Governança e coordenação interinstitucional

Ao apresentar o modelo de gestão adotado para o enfrentamento da crise humanitária na Terra Indígena Yanomami, o Diretor da Casa de Governo destacou que a estrutura foi concebida para atuar como instância permanente de coordenação e articulação entre os diversos órgãos federais envolvidos na resposta estatal.

Instituída em 2024, a Casa de Governo passou a concentrar o acompanhamento integrado das ações desenvolvidas por dezenas de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, buscando promover maior alinhamento entre iniciativas relacionadas à saúde indígena, proteção territorial, segurança alimentar, logística, fiscalização ambiental e segurança pública.

Segundo as informações apresentadas, a estrutura opera com equipe reduzida, voltada principalmente à coordenação estratégica e ao monitoramento das ações executadas pelos diversos órgãos participantes. Na avaliação apresentada, a principal função da Casa de Governo consiste em assegurar que as intervenções ocorram de forma complementar e articulada, evitando sobreposição de esforços e promovendo melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Foi relatado que um dos instrumentos centrais dessa metodologia consiste na realização de reuniões periódicas de coordenação entre os órgãos envolvidos, destinadas ao compartilhamento de informações, avaliação dos resultados alcançados e planejamento das atividades subsequentes. De acordo com o Diretor da Casa de Governo, essa dinâmica permitiu aprimorar a integração institucional e conferir maior agilidade à tomada de decisões em um contexto marcado por elevada complexidade logística e operacional.

Também foi informado que a atuação da Casa de Governo está estruturada em eixos temáticos prioritários, abrangendo áreas como saúde, segurança alimentar, proteção territorial e proteção etnoambiental. Segundo os relatos apresentados, essa abordagem favoreceu a construção de respostas mais

integradas para problemas que frequentemente extrapolam as competências de um único órgão público.

Outro aspecto destacado refere-se à necessidade de garantir a continuidade dos mecanismos de coordenação interinstitucional desenvolvidos durante o período de enfrentamento da crise. Na avaliação apresentada, a manutenção de estruturas permanentes de articulação poderá contribuir para consolidar os avanços alcançados nos últimos anos e reduzir o risco de descontinuidade das ações implementadas no território.

As informações compartilhadas evidenciam que a experiência da Casa de Governo representa uma tentativa de superação da atuação fragmentada tradicionalmente observada em políticas públicas executadas em áreas remotas e de elevada complexidade, reforçando a importância da coordenação interinstitucional para a efetividade das ações estatais voltadas aos povos indígenas.

7.2. Resultados da desintrusão e desafios para sua sustentabilidade

Ao apresentar o balanço das ações desenvolvidas na Terra Indígena Yanomami, o Diretor da Casa de Governo informou que os indicadores consolidados apontam expressiva redução da atividade garimpeira no território entre março de 2024 e maio de 2026. Segundo os dados apresentados, a diminuição das áreas de garimpo ativo decorre de um conjunto de ações integradas de fiscalização, proteção territorial e controle logístico coordenadas por diferentes órgãos federais.

Foi informado que, no período, foram realizadas milhares de ações de fiscalização e monitoramento, envolvendo operações de campo, destruição de estruturas utilizadas para a atividade ilegal, inutilização de equipamentos e interrupção de rotas de abastecimento. De acordo com os relatos apresentados, a estratégia adotada passou a priorizar não apenas a retirada física de invasores, mas também a redução da capacidade operacional e financeira das organizações envolvidas no garimpo.

Nesse contexto, destacou-se a adoção de medidas voltadas à chamada "asfixia logística" da atividade ilícita. Segundo o Diretor da Casa de Governo, a atuação coordenada com órgãos reguladores e de fiscalização permitiu restringir o acesso dos garimpos a combustíveis, equipamentos de comunicação, peças de reposição e outros insumos considerados essenciais para a manutenção das operações clandestinas. Na avaliação apresentada, esse conjunto de medidas elevou significativamente os custos operacionais da atividade ilegal e contribuiu para reduzir sua viabilidade econômica.

Também foram apresentados dados relativos aos impactos financeiros produzidos pelas operações de fiscalização, incluindo multas, apreensões e inutilização de equipamentos empregados no garimpo. Segundo as informações compartilhadas, a estratégia adotada buscou atingir não apenas os operadores presentes no território, mas também as estruturas econômicas e logísticas que sustentam a atividade.

O Diretor da Casa de Governo ressaltou que os efeitos da desintrusão ultrapassam a dimensão repressiva. Segundo os relatos apresentados, a redução da presença de garimpeiros em diversas regiões criou condições mais favoráveis para a retomada de ações de saúde, proteção

territorial, segurança alimentar e recuperação ambiental. Também foram mencionados sinais de retomada de atividades produtivas tradicionais pelas comunidades indígenas, especialmente em áreas anteriormente afetadas pela ocupação ilegal.

Apesar dos resultados alcançados, foi destacado que a manutenção desse cenário depende da continuidade das ações de fiscalização e monitoramento. Na avaliação apresentada, fatores como a valorização internacional do ouro, a persistência de rotas transfronteiriças e a elevada rentabilidade da atividade garimpeira continuam representando incentivos permanentes para novas tentativas de ocupação ilegal do território.

Por fim, foi ressaltado que a consolidação dos avanços obtidos exige não apenas a permanência das ações de proteção territorial, mas também o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde, educação, segurança alimentar e desenvolvimento das comunidades indígenas, de modo a evitar a reocupação de espaços anteriormente influenciados pela atividade garimpeira.

7.3. Inteligência e tecnologia aplicadas ao monitoramento territorial

Ao tratar das estratégias de monitoramento da Terra Indígena Yanomami, o Diretor da Casa de Governo destacou que a produção de inteligência tornou-se elemento central para a sustentação das ações de proteção territorial e combate ao garimpo ilegal.

Segundo as informações apresentadas, o monitoramento é realizado em articulação com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), por meio da integração de imagens de satélite, sensores remotos, aeronaves especializadas e outras ferramentas

tecnológicas destinadas à identificação de atividades ilícitas em áreas de difícil acesso.

Foi relatado que os sistemas de monitoramento buscam identificar indícios compatíveis com a atividade garimpeira, incluindo alterações na cobertura vegetal, movimentação de embarcações e aeronaves, funcionamento de motores, abertura de clareiras e mudanças nos cursos d'água associadas à exploração mineral. Essas informações subsidiam a definição das áreas prioritárias para fiscalização e atuação dos órgãos responsáveis pela proteção territorial.

Os representantes da Casa de Governo destacaram que um dos principais desafios para o monitoramento contínuo da região decorre das condições climáticas da Amazônia, especialmente a intensa cobertura de nuvens durante determinados períodos do ano. Em razão dessa limitação, foram relatados investimentos na utilização de tecnologias complementares de sensoriamento remoto e na ampliação da capacidade de análise integrada de dados provenientes de diferentes fontes.

Também foi ressaltado que os grupos envolvidos no garimpo ilegal têm adotado estratégias cada vez mais sofisticadas para reduzir sua detecção pelos sistemas de monitoramento. Segundo os relatos apresentados, foram observadas tentativas de camuflagem de equipamentos, alteração de rotas logísticas e adoção de medidas destinadas a reduzir os sinais normalmente utilizados para identificar a atividade garimpeira.

Outro aspecto destacado refere-se à crescente utilização de ferramentas de monitoramento em tempo real para apoiar a tomada de decisão das instituições envolvidas na operação. Segundo as informações apresentadas,

a integração de dados produzidos por diferentes órgãos permite maior rapidez na identificação de novas frentes de invasão e no direcionamento das ações de fiscalização.

A Casa de Governo também relatou iniciativas voltadas ao fortalecimento da participação indígena na vigilância territorial, incluindo ações de capacitação para utilização de equipamentos de georreferenciamento e monitoramento. Segundo os representantes, essa estratégia amplia a capilaridade da produção de informações e contribui para o fortalecimento da proteção territorial em regiões onde a presença permanente do Estado é mais limitada.

As informações apresentadas evidenciam que a manutenção dos resultados alcançados pela desintrusão depende não apenas da presença física das forças de fiscalização, mas também da capacidade permanente de monitoramento, produção de inteligência e rápida resposta às tentativas de reocupação do território.

8. Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR)

8.1. Estrutura Física e Adequação Intercultural

A Superintendência do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima apresentou a Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI), inaugurada em abril de 2025 e concebida para oferecer assistência hospitalar em ambiente adaptado às especificidades socioculturais dos povos indígenas atendidos pela rede de saúde de Roraima.

A unidade dispõe atualmente de 36 leitos exclusivos para pacientes indígenas, distribuídos em enfermarias organizadas segundo elementos simbólicos relacionados às culturas locais. Segundo a representante do hospital, a identificação dos espaços por nomes de animais de referência para os povos indígenas contribui para a orientação dos pacientes e favorece a humanização do ambiente hospitalar.

Durante a visita técnica, foi observado que todas as enfermarias contam com estrutura para instalação de redes ao lado dos leitos convencionais, permitindo que o paciente utilize a forma de repouso com a qual possui maior familiaridade cultural. Também foi informado que o revestimento interno priorizou materiais considerados mais adequados às condições climáticas e aos hábitos cotidianos dos usuários, incluindo piso em cimento queimado, menos frio que os revestimentos hospitalares tradicionalmente empregados.

A gestora destacou ainda a adoção de adaptações sanitárias voltadas ao atendimento intercultural. Entre elas, encontram-se enfermarias equipadas com vasos sanitários adequados aos hábitos dos povos Yanomami, coexistindo com instalações convencionais destinadas ao atendimento de outros grupos indígenas assistidos pela unidade.

Foi relatado que a concepção arquitetônica da URHPI buscou conciliar protocolos assistenciais hospitalares com elementos de acolhimento cultural, reduzindo fatores que historicamente contribuíam para a evasão de pacientes indígenas em unidades hospitalares convencionais.

Segundo as informações apresentadas, a maior parte da demanda atualmente atendida pela unidade é proveniente da área de abrangência do DSEI Leste de Roraima. Em relação aos pacientes Yanomami, foi informado que as principais causas de internação observadas na unidade incluem acidentes ofídicos, doenças infecciosas e outras condições clínicas que demandam acompanhamento hospitalar especializado.

8.2. Modelo assistencial e articulação com a rede de saúde

A gestora do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima informou que a Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI) opera sob o modelo de "porta fechada", recebendo exclusivamente pacientes encaminhados pelos sistemas oficiais de regulação da rede pública de saúde. Dessa forma, a unidade não realiza atendimento espontâneo ao público nem funciona como porta de entrada para casos de urgência e emergência.

Segundo a gestora do hospital, a URHPI foi concebida para atuar como unidade de retaguarda clínica especializada, destinada ao acolhimento e acompanhamento de pacientes indígenas que necessitam de internação hospitalar em ambiente adaptado às suas especificidades socioculturais. O modelo busca conciliar assistência especializada com condições de permanência mais adequadas aos povos indígenas encaminhados pela rede de saúde.

Foi informado que a unidade dispõe de sala de observação destinada ao atendimento de intercorrências clínicas graves, permitindo a realização de procedimentos de estabilização, monitoramento intensivo e suporte avançado de vida. Nesses casos, os pacientes podem permanecer em

observação por período limitado, até que seja definida sua evolução clínica ou efetuada a transferência para unidades de maior complexidade.

A gestão hospitalar destacou que a URHPI ainda não dispõe de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) nem de centro cirúrgico próprio. Em razão dessa limitação, pacientes que necessitam de procedimentos cirúrgicos, cuidados intensivos ou outras intervenções de alta complexidade são regulados para o Hospital Geral de Roraima e demais unidades da rede estadual de referência.

Também foi informado que a unidade não possui estrutura própria destinada à realização de exames médico-periciais, incluindo procedimentos relacionados à produção de provas em situações de violência interpessoal ou violência sexual, sendo tais casos encaminhados aos fluxos institucionais competentes.

Segundo a representante do hospital, embora a atual configuração permita importante avanço na humanização do atendimento aos povos indígenas, a ampliação da capacidade instalada permanece como objetivo estratégico da instituição. Nesse sentido, foi apresentada a perspectiva de expansão da estrutura hospitalar, com previsão de implantação futura de leitos de terapia intensiva e centro cirúrgico, o que poderá reduzir a dependência da rede externa para atendimento de casos de maior complexidade.

As informações apresentadas evidenciam que a URHPI ocupa posição intermediária na rede assistencial de Roraima, funcionando como elo

entre a atenção prestada nos territórios indígenas e os serviços hospitalares de alta complexidade disponíveis na rede estadual.

8.3. Área externa de recuperação e práticas tradicionais de cuidado

A equipe do Hospital Universitário apresentou uma área externa especialmente concebida para acolher práticas tradicionais de cuidado e recuperação utilizadas pelos povos indígenas atendidos na unidade. O espaço foi criado com o objetivo de compatibilizar protocolos de segurança hospitalar com manifestações culturais e espirituais consideradas relevantes para o processo terapêutico dos pacientes.

Segundo os representantes do hospital, determinadas práticas conduzidas por pajés e xamãs, especialmente aquelas que envolvem fumaça, tabaco e outros elementos ritualísticos, não podem ser realizadas no interior das enfermarias em razão das exigências técnicas relacionadas aos sistemas hospitalares de gases medicinais e às normas de segurança. Em resposta a essa limitação, foi estruturado um ambiente externo destinado à realização dessas atividades em condições adequadas.

Foi informado que o espaço também é utilizado para atividades de fisioterapia e recuperação funcional ao ar livre, proporcionando ambiente mais compatível com os hábitos culturais dos pacientes indígenas e contribuindo para sua permanência durante o tratamento hospitalar.

A unidade relatou ainda que práticas tradicionais relacionadas ao preparo de infusões e chás medicinais podem ser realizadas mediante acompanhamento técnico da equipe multiprofissional. Segundo os gestores, o farmacêutico clínico da unidade avalia possíveis interações entre os preparados

tradicionais e os medicamentos prescritos pela equipe médica, buscando assegurar a utilização segura e complementar dos diferentes recursos terapêuticos.

De acordo com a representante do hospital, a criação desse espaço integra a estratégia institucional de atenção intercultural adotada pela unidade, permitindo maior diálogo entre saberes tradicionais e práticas biomédicas. Na avaliação apresentada, essa abordagem contribui para fortalecer o vínculo entre pacientes, familiares e equipe assistencial, além de favorecer a adesão ao tratamento e reduzir situações de abandono ou interrupção precoce da internação.

As informações compartilhadas evidenciam que a área externa de recuperação constitui importante instrumento de humanização da assistência, ao reconhecer e incorporar dimensões culturais e espirituais frequentemente associadas pelos povos indígenas aos processos de adoecimento, cura e reabilitação.

8.4.Limitação de Acompanhantes e articulação com a CASAI

A gestora do Hospital Universitário relatou que um dos desafios enfrentados pela Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI) decorre das diferenças entre as normas hospitalares convencionais e as formas de organização familiar observadas entre diversos povos indígenas atendidos pela unidade.

Segundo os representantes do hospital, a instituição segue as regras assistenciais aplicáveis aos demais estabelecimentos hospitalares, permitindo a permanência de apenas um acompanhante por paciente internado.

Embora a medida esteja alinhada aos protocolos hospitalares de segurança e organização do cuidado, foi informado que ela nem sempre corresponde às expectativas e práticas socioculturais de parte dos usuários indígenas.

Os gestores relataram que muitos pacientes estão habituados a deslocar-se acompanhados por grupos familiares ampliados, especialmente em situações que envolvem longos períodos de permanência fora de suas comunidades. Nesse contexto, a limitação do número de acompanhantes pode gerar resistência à internação hospitalar ou preferência pela permanência em outras estruturas de acolhimento.

Foi informado que essa realidade produz impactos na dinâmica de utilização da Casa de Saúde Indígena (CASAI), que dispõe de maior flexibilidade para acolhimento de familiares e acompanhantes. Segundo os relatos apresentados, parte dos usuários tende a permanecer na CASAI mesmo quando existem vagas hospitalares disponíveis, em razão da possibilidade de manutenção dos vínculos familiares e comunitários durante o período de tratamento.

Os representantes do hospital destacaram que a situação evidencia a necessidade de permanente articulação entre a URHPI, a CASAI e os demais componentes da rede de atenção à saúde indígena, buscando conciliar as exigências assistenciais do ambiente hospitalar com as especificidades culturais dos povos atendidos.

As informações apresentadas demonstram que os desafios relacionados ao acompanhamento familiar transcendem questões de infraestrutura e ocupação de leitos, envolvendo também aspectos culturais,

sociais e afetivos que influenciam diretamente a adesão ao tratamento e a utilização dos serviços de saúde.

8.5. Plano de expansão da capacidade assistencial

A Superintendência do Hospital Universitário informou que está em fase de planejamento a ampliação da estrutura destinada ao atendimento dos povos indígenas, com o objetivo de expandir a capacidade assistencial atualmente disponível e incorporar serviços de maior complexidade à rede de atendimento.

Segundo as informações apresentadas, encontra-se previsto investimento da ordem de R\$ 50 milhões para a construção do denominado Bloco C, empreendimento que permitirá ampliar significativamente a infraestrutura da Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI).

O projeto contempla a ampliação da capacidade de internação indígena, que passará de 36 para 71 leitos, além da implantação de 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e seis salas cirúrgicas. De acordo com os representantes do hospital, a expansão permitirá que procedimentos atualmente dependentes de transferência para outras unidades da rede estadual possam ser realizados no próprio Hospital Universitário.

Foi informado que a nova estrutura busca ampliar a capacidade de resposta da unidade para casos de maior complexidade clínica, reduzindo deslocamentos adicionais de pacientes indígenas e favorecendo maior continuidade do cuidado em ambiente adaptado às especificidades socioculturais dos povos atendidos.

Os gestores destacaram que a iniciativa representa importante etapa de consolidação da rede de atenção hospitalar voltada aos povos indígenas em Roraima, ampliando a integração entre assistência especializada, internação hospitalar, terapia intensiva e procedimentos cirúrgicos.

Também foi relatado que a área destinada à expansão foi disponibilizada por meio de cooperação com o Governo do Estado de Roraima, permitindo a implantação da nova estrutura em área contígua ao complexo hospitalar já existente.

Segundo as informações apresentadas à Subcomissão, a execução do projeto está prevista para os próximos anos e constitui uma das principais iniciativas de fortalecimento da assistência hospitalar indígena atualmente em desenvolvimento no estado.

8.6.Desafios logísticos e acesso aos serviços especializados

A equipe do Hospital Universitário relatou que os desafios logísticos continuam representando um dos principais obstáculos para a efetividade da assistência prestada aos povos indígenas atendidos pela unidade.

Como exemplo, foi apresentado o resultado de um mutirão de especialidades realizado com foco no atendimento de pacientes indígenas, ocasião em que se registrou índice aproximado de 40% de absenteísmo entre os pacientes previamente agendados. Segundo os representantes do hospital, o dado evidencia que a ampliação da oferta de consultas, exames e procedimentos especializados nem sempre é acompanhada pela capacidade de garantir o deslocamento dos usuários até a unidade de saúde.

Foi informado que a maior parte dos pacientes atendidos pelo hospital depende de complexa logística de transporte para chegar à capital, especialmente aqueles provenientes de regiões remotas da Terra Indígena Yanomami. Nesse contexto, fatores como disponibilidade de aeronaves, condições climáticas adversas, limitações operacionais das pistas de pouso e necessidade de priorização de remoções de urgência podem interferir diretamente na realização de atendimentos previamente programados.

Os gestores ressaltaram que a situação produz impactos relevantes sobre o planejamento assistencial da unidade. Em determinadas ocasiões, equipes médicas, infraestrutura hospitalar e insumos permanecem disponíveis para atendimento, mas parte dos pacientes não consegue comparecer em razão de dificuldades relacionadas exclusivamente ao transporte.

Segundo a representante do hospital, esse cenário evidencia que os desafios de acesso à saúde indígena extrapolam a disponibilidade de profissionais e de estrutura hospitalar, exigindo permanente articulação entre os serviços assistenciais e os responsáveis pela logística de deslocamento dos pacientes.

As informações apresentadas demonstram que o fortalecimento das estratégias de transporte sanitário constitui elemento indispensável para assegurar o pleno aproveitamento da capacidade instalada da unidade e ampliar o acesso dos povos indígenas aos serviços especializados de saúde.

9. Governo do Estado de Roraima

9.1. Assistência Social e a Nova Casa de Passagem

Representantes do Governo do Estado de Roraima informaram que foi autorizada a locação de uma Casa de Passagem destinada ao acolhimento de indígenas em trânsito na capital, sob gestão da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES). Segundo relatado, a iniciativa busca oferecer condições mais adequadas de acolhimento a indígenas que necessitam permanecer temporariamente em Boa Vista para acesso a serviços públicos, atendimento de saúde, regularização documental ou recebimento de benefícios sociais.

Foi informado que a unidade contará com adaptações voltadas às especificidades socioculturais dos povos indígenas atendidos, incluindo espaços para instalação de redes, ventilação natural e configuração arquitetônica compatível com os hábitos de permanência coletiva observados entre os povos da região.

Os representantes estaduais relataram que o deslocamento frequente de indígenas para Boa Vista tem gerado desafios crescentes para a rede de assistência social. Segundo exposto, a ausência de estruturas permanentes de acolhimento adequadas contribui para situações de permanência prolongada na área urbana, expondo famílias indígenas a condições de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e dificuldades de acesso a serviços públicos.

No campo da proteção à infância, foi informado que a rede estadual de acolhimento institucional abriga atualmente 30 crianças, das quais

19 são indígenas Yanomami. Segundo os gestores, trata-se, em sua maioria, de crianças desacompanhadas ou em situação de abandono, muitas apresentando comprometimentos neurológicos graves e necessidade de acompanhamento contínuo por equipes multiprofissionais.

Os representantes do Estado ressaltaram que a implantação da Casa de Passagem integra um conjunto de medidas destinadas a qualificar o acolhimento temporário da população indígena em contexto urbano, reduzindo situações de vulnerabilidade e fortalecendo a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e proteção de crianças e adolescentes.

9.2. Intercorrências relacionadas ao pagamento de benefícios sociais

Representantes do Governo do Estado de Roraima manifestaram preocupação com os impactos decorrentes da atual sistemática de pagamento de benefícios sociais federais, especialmente o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em regiões remotas da Terra Indígena Yanomami.

Segundo relatado, a inexistência de estruturas bancárias ou mecanismos permanentes de acesso aos benefícios no interior do território obriga parte dos beneficiários a deslocar-se regularmente para centros urbanos, especialmente Boa Vista e, em alguns casos, Barcelos (AM), permanecendo afastados de suas comunidades por períodos prolongados.

Os representantes estaduais destacaram que essa dinâmica produz efeitos relevantes sobre a assistência social, a segurança alimentar e a organização comunitária, além de expor os indígenas a situações de

vulnerabilidade e exploração econômica durante sua permanência nos centros urbanos.

Foi relatado, ainda, que o Estado tem acompanhado discussões voltadas à construção de soluções que permitam adequar a operacionalização dos benefícios às particularidades logísticas e territoriais da região amazônica, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes para acesso aos recursos.

9.3. Educação Escolar Indígena e Contratação Diferenciada

Representantes do Governo do Estado de Roraima informaram que a rede estadual adota processo seletivo específico para a contratação de professores indígenas, distinto daquele utilizado para a rede regular de ensino. Segundo relatado, a medida busca assegurar que os docentes atuem preferencialmente em suas próprias comunidades, fortalecendo a preservação da língua materna, dos referenciais culturais locais e dos vínculos comunitários.

Fomos informados que a política de educação escolar indígena contempla currículos adaptados às especificidades socioculturais dos povos atendidos, bem como mecanismos destinados a ampliar a participação de professores indígenas no processo educacional.

Os representantes estaduais destacaram que a manutenção da rede escolar em territórios indígenas demanda soluções logísticas diferenciadas, em razão das grandes distâncias, das dificuldades de acesso e da dependência de transporte aéreo em determinadas localidades.

Nesse contexto, foi apresentado projeto de expansão da infraestrutura educacional indígena, com previsão de construção de 89 novas

unidades escolares em território indígena, visando ampliar a oferta de vagas e melhorar as condições de funcionamento da rede estadual de ensino.

Segundo os gestores, as medidas buscam fortalecer a permanência dos estudantes nas escolas, reduzir a evasão escolar e assegurar que a política educacional seja desenvolvida em consonância com as especificidades linguísticas, culturais e territoriais dos povos indígenas atendidos.

9.4. Apoio à Produção e Parceria com a Embrapa

A Secretaria de Estado dos Povos Indígenas apresentou iniciativas voltadas ao fortalecimento da produção local e à promoção da segurança alimentar nas comunidades indígenas, com destaque para a parceria firmada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na região de Surucucu.

Segundo relatado, o projeto contempla apoio técnico à produção agrícola por meio da utilização de mecanização leve, fornecimento de insumos e acompanhamento especializado, respeitando as características ambientais e culturais das comunidades participantes. Foram mencionadas, em especial, ações desenvolvidas junto às comunidades de Choricamapê e Sicamabil.

Os representantes estaduais informaram que a iniciativa permitiu a preparação de áreas destinadas ao cultivo de sementes tradicionais, buscando fortalecer a produção local de alimentos e reduzir a dependência de suprimentos externos. Segundo os gestores, a proposta procura conciliar conhecimentos técnicos de produção agrícola com práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas próprias comunidades.

Também foram apresentados projetos voltados à avicultura, piscicultura e fortalecimento da produção artesanal, entendidos pelo Estado como instrumentos complementares para ampliação da segurança alimentar e geração de renda.

De acordo com os representantes da Secretaria, o objetivo das iniciativas é contribuir para a construção de alternativas econômicas sustentáveis que fortaleçam a autonomia das comunidades indígenas, reduzam vulnerabilidades e ampliem as oportunidades de desenvolvimento compatíveis com suas realidades socioculturais.

Os relatos indicam uma mudança gradual de enfoque, com a incorporação de ações voltadas não apenas ao atendimento de necessidades emergenciais, mas também ao fortalecimento da capacidade produtiva das comunidades e à promoção de estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

9.5. Saúde e Infraestrutura Hospitalar

Representantes do Governo do Estado de Roraima informaram que foi formalizada a doação da área contígua ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima para viabilizar a expansão da estrutura destinada ao atendimento dos povos indígenas.

Segundo relatado, a medida busca fortalecer a capacidade de atendimento especializado no estado e ampliar a integração entre a rede federal e a rede estadual de saúde, especialmente no que se refere aos pacientes oriundos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Os representantes estaduais destacaram que, até a conclusão da expansão da estrutura hospitalar atualmente planejada, o Hospital Geral de Roraima (HGR) e o Hospital Materno Infantil continuarão exercendo papel central no atendimento de casos de maior complexidade, incluindo procedimentos cirúrgicos, terapia intensiva e partos de alto risco.

Foi informado que a rede estadual permanece como principal retaguarda assistencial para os pacientes indígenas encaminhados em situações que demandam recursos de alta complexidade não disponíveis nas demais unidades de atendimento.

Os relatos apresentados evidenciam a importância da articulação entre os entes federativos para assegurar a continuidade do cuidado e ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde diante das demandas específicas dos povos indígenas atendidos em Roraima.

10. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

10.1. Proteção Territorial e Rede de Vigilância

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) detalhou a atuação de sua rede de proteção territorial na Terra Indígena Yanomami, estruturada a partir das Bases de Proteção Etnoambiental (BAPs), instaladas em pontos estratégicos de acesso ao território. Segundo informado, essas bases desempenham papel fundamental no monitoramento de áreas sensíveis, na prevenção de invasões e no apoio às ações integradas de fiscalização e proteção dos povos indígenas.

Foi relatado que a estratégia de vigilância combina presença física em corredores fluviais e terrestres com o emprego crescente de tecnologias de georreferenciamento e monitoramento remoto. Nesse contexto, a Fundação destacou iniciativas de capacitação de indígenas para utilização de equipamentos de GPS, drones e sistemas de comunicação, permitindo o registro e a comunicação de ocorrências em tempo real, inclusive situações relacionadas a invasões, deslocamentos suspeitos e emergências de saúde.

A Funai ressaltou que a ampliação da participação indígena nas ações de vigilância territorial tem contribuído para aumentar a capilaridade do monitoramento, especialmente em regiões de difícil acesso, onde a presença permanente do Estado enfrenta limitações logísticas. Segundo informado, a produção de informações pelas próprias comunidades tem fortalecido a capacidade de resposta das instituições responsáveis pela proteção territorial.

Também foi destacado que parte dos recursos empregados nessas iniciativas decorre da destinação de valores obtidos com o leilão de cassiterita apreendida em operações de combate à mineração ilegal. De acordo com os representantes da Fundação, a medida busca converter recursos oriundos de atividades ilícitas em instrumentos voltados à proteção da própria Terra Indígena Yanomami.

A Fundação enfatizou, ainda, que a proteção territorial possui especial relevância para a salvaguarda de povos indígenas isolados e de recente contato, cuja elevada vulnerabilidade sanitária e sociocultural exige a manutenção de mecanismos permanentes de vigilância, controle de acesso e prevenção de invasões.

10.2. Educação e a Proposta de Soberania Alimentar

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) manifestou preocupação com a sustentabilidade do atual modelo de oferta da educação escolar indígena em áreas remotas da Terra Indígena Yanomami, especialmente em razão da elevada dependência de logística aérea para o transporte de profissionais, insumos e alimentos destinados às escolas.

Segundo relatado, os custos associados ao transporte aéreo frequentemente superam o valor dos próprios produtos transportados, criando um modelo operacional de elevada complexidade e difícil manutenção a longo prazo. Nesse contexto, a Fundação apontou a existência de impasses institucionais relacionados à responsabilidade pelo custeio da logística necessária para assegurar o funcionamento regular das unidades escolares localizadas em regiões de difícil acesso.

Foi ressaltado que as dificuldades logísticas impactam diretamente a continuidade das atividades educacionais e o fornecimento regular da alimentação escolar, especialmente em localidades mais isoladas. A interrupção prolongada desses serviços produz efeitos que transcendem a dimensão pedagógica, afetando a proteção social das comunidades, a segurança alimentar das crianças e a própria coesão social dos territórios indígenas.

Como alternativa estruturante, defendeu-se o fortalecimento de políticas voltadas à soberania alimentar, baseadas na ampliação da produção local de alimentos pelas próprias comunidades indígenas. A proposta busca reduzir a dependência de cadeias externas de abastecimento, fortalecer a autonomia comunitária e promover modelos de desenvolvimento compatíveis com os modos de vida tradicionais.

Nesse sentido, foi informado que a Fundação tem apoiado iniciativas voltadas à recuperação das roças tradicionais, à ampliação da produção agrícola comunitária e ao fortalecimento das capacidades locais de gestão territorial. Destacou-se, ainda, a distribuição de ferramentas agrícolas e o incentivo a práticas produtivas sustentáveis como mecanismos de fortalecimento da segurança alimentar e de redução da vulnerabilidade das comunidades frente a interrupções logísticas.

A Funai informou também que vem desenvolvendo ações em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estruturadas em eixos relacionados à facilitação do diálogo interinstitucional, aos processos educativos interculturais, ao fortalecimento da proteção social e da segurança alimentar e ao apoio à gestão territorial indígena. Segundo a Fundação, tais iniciativas buscam construir soluções permanentes para desafios históricos do território, reduzindo a dependência de medidas emergenciais e ampliando a capacidade de autogestão das comunidades.

Os representantes da Fundação defenderam que a consolidação de políticas de produção local de alimentos pode representar não apenas uma estratégia de segurança alimentar, mas também um instrumento de fortalecimento da educação escolar indígena, ao reduzir a vulnerabilidade logística das escolas e estimular a circulação de recursos e oportunidades dentro do próprio território.

10.3. Proteção Social

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) reiterou preocupações acerca dos impactos produzidos pelo atual modelo de operacionalização dos benefícios sociais em territórios indígenas remotos.

Segundo a Fundação, a necessidade de deslocamento para centros urbanos para acesso a programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem produzido efeitos indesejados sobre a organização comunitária, ampliando situações de vulnerabilidade social e econômica.

Foi ressaltado que muitos indígenas, ao se deslocarem para Boa Vista e outros centros urbanos para acessar benefícios e serviços públicos, passam a enfrentar situações de exposição à violência, alcoolização, exploração econômica e fraudes financeiras, incluindo relatos recorrentes de retenção indevida de cartões bancários e utilização não autorizada de benefícios por terceiros.

A Fundação ponderou que tais problemas decorrem, em parte, da tentativa de adaptação de modelos convencionais de assistência social a realidades territoriais profundamente distintas, sem a devida consideração das especificidades geográficas, culturais e organizacionais dos povos indígenas da região amazônica.

Nesse contexto, foi apresentada a necessidade de construção de uma política de proteção social estruturada a partir de três dimensões complementares: o atendimento no próprio território indígena, a proteção durante os deslocamentos inevitáveis e a oferta de serviços adequados aos indígenas que se encontram temporariamente em contexto urbano. Segundo a Fundação, a integração desses três eixos permitiria reduzir vulnerabilidades e qualificar a atuação estatal.

A Funai também defendeu o fortalecimento da rede socioassistencial por meio da adaptação dos equipamentos públicos às realidades indígenas, incluindo a capacitação permanente das equipes de atendimento, a ampliação de estratégias de mediação intercultural e a adoção de metodologias compatíveis com os modos de vida das comunidades atendidas.

Por fim, foi informado que a Fundação vem desenvolvendo ações de conscientização junto às comunidades indígenas acerca de seus direitos sociais e dos mecanismos de acesso às políticas públicas, bem como iniciativas de qualificação dos profissionais que atuam na rede de proteção social, com o objetivo de promover atendimentos mais adequados às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas da região.

10.4. Saúde Intercultural e Protocolos para Mulheres

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) destacou a necessidade de fortalecimento de abordagens interculturais na atenção à saúde das mulheres indígenas, especialmente no âmbito da saúde materno-infantil e do atendimento a situações de violência. Segundo relatado, a efetividade das políticas públicas nessa área depende não apenas da disponibilidade de serviços de saúde, mas também da capacidade institucional de compreender e dialogar com os referenciais culturais das comunidades atendidas.

Nesse contexto, foi apresentado estudo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) voltado à análise de situações relacionadas à violência obstétrica e à construção de protocolos neonatais interculturais. A iniciativa busca compatibilizar os procedimentos técnicos da assistência pré-natal, do parto e dos cuidados neonatais com as

concepções culturais e os modos tradicionais de cuidado presentes entre os povos indígenas, promovendo maior adesão aos serviços de saúde e fortalecendo a relação de confiança entre profissionais e comunidades.

Também foi ressaltada a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de atendimento a mulheres indígenas vítimas de violência. A Funai observou que barreiras linguísticas, culturais e de sexo frequentemente dificultam a coleta de relatos e o encaminhamento adequado das denúncias. Nesse sentido, foi defendida a ampliação da participação de intérpretes e mediadoras culturais do sexo feminino nos atendimentos, especialmente em casos de violência sexual e violência doméstica, de modo a proporcionar ambiente mais seguro e acolhedor para as vítimas.

Outro aspecto enfatizado foi a importância da formação intercultural dos profissionais que atuam no território. Segundo a Fundação, a construção de vínculos de confiança exige que médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e demais agentes públicos compreendam aspectos culturais, formas próprias de organização social e práticas tradicionais de cuidado das comunidades indígenas. Essa sensibilização contribui para reduzir conflitos, evitar incompreensões e ampliar a efetividade das ações de saúde.

Por fim, a Funai destacou que o fortalecimento da saúde intercultural deve ser compreendido como parte integrante da proteção dos direitos das mulheres indígenas, exigindo a articulação entre saúde, assistência social, proteção territorial e promoção dos direitos humanos, de forma a garantir atendimento integral, culturalmente adequado e acessível às diferentes realidades presentes na Terra Indígena Yanomami.

10.5. Segurança, Conflitos e Capacitação Intercultural

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) destacou que, embora desempenhe papel relevante na mediação de conflitos e na articulação institucional em território indígena, não possui atribuições de polícia ostensiva ou investigativa. Nesse contexto, ressaltou que a atuação do órgão ocorre frequentemente em cenários de elevada complexidade social e territorial, exigindo constante coordenação com os órgãos de segurança pública e demais instituições presentes na região.

Foi informado que determinadas áreas da Terra Indígena Yanomami vêm registrando aumento das tensões e conflitos intercomunitários, fenômeno associado, segundo os representantes da Fundação, aos impactos deixados pela atividade garimpeira ilegal, especialmente pela circulação de armas de fogo e pela desestruturação de mecanismos tradicionais de resolução de conflitos. Tais circunstâncias têm gerado desafios adicionais para a atuação das equipes governamentais e para a prestação regular de serviços públicos em algumas localidades.

A Funai enfatizou, ainda, a importância da formação intercultural dos profissionais que atuam no território. Segundo relatado, o desconhecimento acerca das formas de organização social, dos protocolos de recepção, das práticas tradicionais e das dinâmicas culturais das comunidades indígenas pode gerar incompreensões que dificultam a construção de vínculos de confiança e comprometem a continuidade das ações estatais. Nesse sentido, a capacitação intercultural foi apontada como elemento indispensável para a efetividade das políticas públicas desenvolvidas na região.

No plano institucional, a Fundação relatou enfrentar limitações significativas relacionadas à disponibilidade de pessoal e à capacidade operacional. Foi informado que o órgão passou por longo período de redução de seu quadro de servidores, circunstância que impactou sua presença territorial e sua capacidade de acompanhamento permanente das comunidades. Como medida emergencial, a Fundação tem recorrido à contratação temporária de profissionais para reforçar as atividades desenvolvidas na Terra Indígena Yanomami.

Por fim, a Funai destacou que o fortalecimento da política indigenista demanda não apenas investimentos em infraestrutura e logística, mas também a recomposição dos quadros técnicos especializados, incluindo profissionais com formação em áreas como antropologia, mediação intercultural e proteção territorial, de modo a assegurar maior continuidade e efetividade às ações desenvolvidas junto aos povos indígenas.

10.6. Restrições a organizações religiosas (MEVA e Asas de Socorro)

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apresentou os fundamentos que motivaram as restrições ao ingresso das entidades Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) e Asas de Socorro em determinadas localidades da Terra Indígena Yanomami. Entre os pontos mencionados, destacaram-se preocupações relacionadas à observância dos protocolos de proteção territorial e sanitária, à alegada realização de práticas de proselitismo religioso, à existência de divergências quanto à atuação das entidades em determinadas comunidades e à necessidade de compartilhamento de informações consideradas relevantes para a gestão das atividades desenvolvidas no território.

A Fundação ressaltou que a atuação de organizações externas em áreas indígenas deve observar rigorosamente os protocolos de proteção dos povos indígenas, especialmente em regiões de elevada vulnerabilidade social e sanitária e em contextos que demandam atenção especial à autodeterminação das comunidades e às diretrizes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Entretanto, registrou-se que a matéria passou a ser objeto de judicialização. No âmbito da Ação Civil Pública nº 1004364-32.2026.4.01.4200, ajuizada pelo Ministério Público Federal, a Justiça Federal deferiu tutela de urgência para determinar que a Funai expedisse, no prazo de cinco dias úteis, as autorizações de ingresso das equipes e aeronaves da MEVA e da Asas de Socorro nas comunidades de Budu-U, Halicato-U, Palimi-U, Mucajaí e Olomai, para fins de apoio à execução das atividades educacionais previstas em acordo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado da Educação de Roraima.

Na decisão, o juízo entendeu, em análise preliminar, que a ausência de deliberação administrativa sobre os pedidos de autorização por período superior a dezoito meses contribuiu para a interrupção das atividades escolares e para o agravamento de vulnerabilidades sociais nas comunidades afetadas. Também foi destacado que a associação representativa das comunidades envolvidas manifestou interesse na continuidade do apoio logístico prestado pelas referidas entidades.

A decisão judicial, contudo, não afastou o poder de fiscalização da Funai. Foi expressamente determinado que a Fundação continue exercendo seu poder de polícia administrativa, fiscalizando o cumprimento dos protocolos

sanitários, das normas de atuação em terras indígenas e da vedação a práticas de proselitismo religioso incompatíveis com os termos do acordo de cooperação celebrado.

11. Encaminhamentos

Com base nos dados coletados e nas reuniões institucionais realizadas, recomenda-se que a Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami avalie as seguintes medidas e os ofícios a serem encaminhados aos órgãos competentes:

11.1. Ofícios

- **Solicitar ao Ministério da Saúde informações sobre:**
 - a disponibilização de cópia dos contratos efetuados com a empresa Voare Táxi Aéreo e valores contratados entre o período de 2023 a 2026;
 - quais os valores dos recursos repassados para as Forças Armadas para a logística aérea para o TI Yanomami;
 - a existência de outros contratos de logística feitos com empresas diversas de serviço aéreo, fluvial ou terrestre e quais os valores dos recursos empenhados;
 - a periodicidade de atuação das equipes itinerantes de saúde, bem como a identificação das comunidades por elas atendidas. E, ainda, a descrição da composição de cada equipe e das respectivas especialidades dos profissionais que as integram;

- a periodicidade das visitas realizadas pelas equipes médicas e de saúde às comunidades, bem como suas composições;
 - o montante de recursos financeiros repassados à Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) destinados ao atendimento à saúde dos povos indígenas Yanomami e Ye'kuana nos estados de Roraima e Amazonas;
 - a atual situação contratual ou licitatória das obras de construção da Casa de Apoio à Saúde Indígena Yanomami, bem como sobre o montante de recursos financeiros já aplicados na execução da obra;
 - o alto índice de malária e de coqueluche no território Yanomami, bem como sobre a cobertura vacinal;
 - quantas e quais as Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs) estão em devido funcionamento no TI Yanomami, se há falta de medicações e quais estão recebendo manutenção periódica das edificações e dos equipamentos instalados;
 - qual o planejamento e quais os prazos previstos para a implantação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de centro cirúrgico na Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI) do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima.
- **Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima a disponibilização de cópia:**

- do Plano de Recuperação Ambiental da Terra Indígena Yanomami (TIY) e informar em qual fase se encontra e quais as comunidades estão sendo beneficiadas;
 - do Plano para remediação/regeneração das áreas que foram devastadas pelo garimpo e contaminadas pelo mercúrio.
-
- **Solicitar ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):**
 - informações sobre quais ações já foram executadas na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Terra Indígena Yanomami;
 - a disponibilização de cópia do Plano de Fortalecimento da Assistência Social, bem como informações sobre sua implementação junto às comunidades indígenas Yanomami e Ye'kuana nos estados de Roraima e Amazonas.
 - informações sobre as ações já adotadas ou os planejamentos existentes para solucionar a inexistência de estruturas bancárias e de atendimento permanente em diversas localidades do território, situação que obriga os beneficiários a realizarem longos deslocamentos até os centros urbanos, especialmente para Boa Vista.

- **Solicitar ao Ministério dos Povos Indígenas – MPI informações sobre:**

- as ações que estão sendo desenvolvidas para prevenir conflitos internos e intercomunitários, a violência interpessoal, os ferimentos por arma de fogo e os acidentes ocorridos nas comunidades indígenas Yanomami;
- a execução do plano de entrega de ferramentas e casas de farinha às famílias Yanomami dos estados do Amazonas e de Roraima;
- as ações que estão sendo adotadas, em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), para a identificação e regularização dos indígenas provenientes da Venezuela;
- quais são as comunidades que apresentam os maiores índices de casos de violência doméstica e familiar;
- o programa de distribuição de alimentos para os indígenas no TI Yanomami;
- os planejamentos destinados ao fortalecimento da atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em regiões consideradas estratégicas, especialmente por meio da ampliação da presença institucional em áreas remotas e do incremento das ações de acompanhamento direto às comunidades indígenas;
- o funcionamento e o cronograma de conclusão das reformas nas Bases de Proteção Etnoambiental (BAPs) no Território Indígena Yanomami, bem como sobre o quantitativo de pessoal em atuação em cada BAP;

- as ações e os protocolos adotados para o fortalecimento de abordagens interculturais na atenção à saúde das mulheres indígenas, especialmente no âmbito da saúde materno-infantil e do atendimento às situações de violência;
- quais organizações da sociedade civil atuam no Território Indígena Yanomami, bem como sobre os serviços e as ações desenvolvidos por essas organizações;
- a utilização detalhada dos Créditos Extraordinários oriundos das Medidas Provisórias nº 1.168/2023, nº 1.183/2023 e nº 1.209/2024, destinados às ações emergenciais e estruturantes voltadas ao povo Yanomami nos estados de Roraima e Amazonas;
- por fim, solicitar a disponibilização de cópia do Plano de Fiscalização do Território Yanomami.

- **Ministério da Educação**

- Solicitar informações sobre a atual situação processual relacionada à oferta irregular de atividades educacionais nas comunidades de Olomai, Budu-U, Halicato-U, Palimi-U e Mucajaí.

- **Solicitar ao Governo do Estado de Roraima informações sobre:**

- a atual situação processual referente à oferta irregular de atividades educacionais nas comunidades de Olomai, Budu-U, Halicato-U, Palimi-U e Mucajaí;

- o planejamento para a locação de uma Casa de Passagem destinada ao acolhimento de indígenas em trânsito na capital, sob a gestão da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES);

- as ações que o Governo do Estado tem adotado para o fortalecimento da produção agrícola de subsistência nas comunidades indígenas Yanomami e Ye'kuana, com vistas à garantia da segurança alimentar.

- **Solicitar ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Roraima – 7º Ofício) informações sobre:**

- a quantidade e a identificação dos processos propostos pelo Ministério Público Federal (MPF) relacionados aos povos Yanomami que estão em tramitação atualmente, com a indicação dos respectivos números processuais e daqueles que se encontram sob sigilo;

- a quantidade de casos em que não houve a realização tempestiva de Audiência de Custódia dos presos durante as operações de repressão ao garimpo ilegal no Território Indígena Yanomami;

- a atual situação processual referente à oferta irregular de atividades educacionais nas comunidades de Olomai, Budu-U, Halicato-U, Palimi-U e Mucajaí.

- **Solicitar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública informações sobre:**

- os investimentos realizados pelo Ministério para a estruturação de banco de dados baseado na análise de características geoquímicas e isotópicas do ouro extraído do Território Indígena Yanomami e de outras regiões;

- as ações desenvolvidas pelo Ministério para o enfrentamento dos conflitos intercomunitários e da circulação de armas de fogo.

11.2. Proposições Legislativas a serem elaboradas

- **Agravamento das penas para crimes ambientais em Terras**

Indígenas: Propor alterações legislativas com o objetivo de estabelecer tratamento penal mais rigoroso para crimes ambientais, especialmente o garimpo ilegal, quando praticados em Terras Indígenas.

- **Implementação do Estatuto de Roma:** Propor medidas legislativas destinadas à efetiva incorporação e aplicação do Estatuto de Roma no ordenamento jurídico nacional, possibilitando o enquadramento dos impactos sistêmicos e humanitários decorrentes do garimpo ilegal como crimes contra a humanidade.

- **Criação de rito processual penal específico para áreas remotas:** Propor alterações no Código de Processo Penal para estabelecer exceções aos prazos de apresentação de pessoas presas em audiência de custódia — atualmente fixado em 24 horas — em operações realizadas em

áreas de selva ou de difícil acesso, determinando que a apresentação do custodiado ocorra assim que houver condições operacionais, considerando fatores climáticos, logísticos e de transporte.

- **Adaptação dos fluxos de acesso a benefícios sociais:** Propor adequações na legislação vigente para possibilitar a criação de mecanismos alternativos de acesso e usufruto de benefícios sociais em territórios indígenas, considerando as especificidades geográficas e socioculturais dessas populações.

- **Articulação das políticas sociais na Terra Indígena Yanomami:** Propor a integração interinstitucional entre os órgãos federais, estaduais e municipais das áreas de saúde, educação e assistência social, visando à retomada da segurança e da soberania alimentar, à regularização do calendário escolar e à implementação de infraestrutura compatível com a realidade intercultural e geográfica do povo Yanomami.

- **Fortalecimento institucional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI):** Propor a recomposição do quadro de servidores da FUNAI e a garantia dos recursos orçamentários necessários à implementação de ações de proteção etnoambiental e de promoção dos direitos dos povos indígenas Yanomami.

A complexidade da crise humanitária, sanitária e de segurança enfrentada na Terra Indígena Yanomami exige uma resposta estatal articulada, célere e, sobretudo, adequada às especificidades socioculturais e geográficas do território.

As reuniões técnicas realizadas reafirmam a relevância da Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami, na medida em que

demonstram que, embora as operações de desintrusão tenham promovido uma redução significativa da atividade garimpeira ilegal, os impactos decorrentes dessa prática continuam afetando as comunidades indígenas. A disseminação de armas de fogo, o aliciamento de jovens, a dependência estrutural de logística aérea e as alterações no perfil epidemiológico evidenciam a necessidade de o Estado avançar de uma atuação predominantemente emergencial e repressiva para uma etapa de reconstrução e fortalecimento permanente das políticas públicas.

Diante desse diagnóstico, os encaminhamentos legislativos recomendados por esta Subcomissão Permanente têm como objetivo subsidiar a formulação de políticas públicas articuladas, integradas e duradouras, voltadas à proteção, à garantia de direitos e à promoção do bem-estar dos povos indígenas Yanomami.

Brasília/DF, 18 de junho de 2026.

Senadora Damares Alves

Presidente da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami
(CDHYANOM)